
Os principais desafios enfrentados pelas empresas portuguesas na adoção da IFRS 16

Gonçalo Garcia Lopes Anjos da Silva

Dissertação
Mestrado em Contabilidade e Controlo de Gestão

Orientado por
Professora Doutora Rute Daniela Gonçalves

2025

Agradecimentos

À minha orientadora, Professora Doutora Rute Daniela Gonçalves, pela constante disponibilidade, pela prontidão nas respostas e pelas sugestões sábias, que me permitiram desbloquear ideias e continuar no caminho certo.

A todas as pessoas que participaram neste estudo, quer através das entrevistas, quer através dos questionários, pela generosidade em partilhar o seu tempo e conhecimento, permitindo-me recolher os dados necessários para a realização da análise.

À minha avó, pelo encorajamento e apoio constante e pela força essencial que me deu diariamente.

Aos meus pais e irmã, por nunca me deixarem desistir e por me ouvirem e motivarem, especialmente quando eu estava cansado, frustrado e chato.

À Catarina, pela ajuda e paciência, pelas palavras certas nos momentos certos, por me ajudares a manter a calma e o foco e por me permitires abstrair da pressão académica com humor e carinho.

Aos novos amigos que o mestrado me deu, por partilharem comigo este desafio e pela constante boa disposição que tornou este percurso mais leve e divertido.

Aos meus amigos de sempre, pela sua amizade genuína duradoura e pelos convívios memoráveis, que são sempre uma pause bem-vinda na intensidade da vida académica e profissional.

Realizar o mestrado e esta dissertação em simultâneo com a atividade profissional foi um grande desafio, mas foi certamente uma experiência enriquecedora e gratificante.

Resumo

Esta dissertação analisa os principais desafios enfrentados pelas empresas portuguesas na transição da IAS 17 para a IFRS 16, norma que introduziu alterações profundas na contabilização dos contratos de locação. A investigação adotou uma abordagem qualitativa, baseada em entrevistas a diretores financeiros e na aplicação de questionários a auditores com experiência relevante, realizados entre maio e julho de 2025.

Os resultados das entrevistas aos diretores financeiros revelam que a adoção da IFRS 16 implicou um esforço significativo, especialmente em empresas de maior dimensão, com dificuldades na identificação e enquadramento dos contratos, na definição das taxas de desconto e vida útil dos ativos de direito de uso e na adaptação dos sistemas de informação. A norma exigiu também ajustamentos nos processos internos e na formação técnica dos colaboradores, tendo impacto nos rácios financeiros, como o aumento do endividamento e do EBITDA e a diminuição do ROA.

Os auditores revelaram uma perceção crítica quanto ao grau de conformidade das empresas, destacando dificuldades na aplicação da norma e na divulgação da informação, o que reforça os desafios práticos enfrentados. Importa ainda referir que o IASB iniciou recentemente um processo de revisão da IFRS 16, com vista a clarificar aspetos críticos e reduzir a sua complexidade, estando em discussão alterações como o tratamento das rendas variáveis e a melhoria das divulgações.

Apesar da riqueza dos testemunhos recolhidos, a especificidade do público-alvo e a dimensão da amostra limitam a generalização dos resultados. Este estudo é útil para reguladores, empresas e auditores, ao evidenciar os obstáculos práticos da norma e contribuir para uma aplicação mais consciente e equilibrada. Em termos académicos, aprofunda os conceitos da IFRS 16 com base em evidência empírica. Futuras investigações poderão explorar contextos internacionais, incluir a perspetiva dos utilizadores externos da informação financeira e comparar os desafios identificados com os efeitos das alterações que venham a ser introduzidas na norma.

Palavras-chave: IFRS 16, locações, diretores financeiros, desafios de implementação

Abstract

This dissertation analyzes the main challenges faced by Portuguese companies in the transition from IAS 17 to IFRS 16, a standard that introduced significant changes in the accounting treatment of lease contracts. The research adopts a qualitative approach, based on interviews with chief financial officers and questionnaires administered to auditors with relevant experience, conducted between May and July 2025.

The findings regarding the interviews with CFOs show that the adoption of IFRS 16 required considerable effort, especially in larger companies, with difficulties in identifying and classifying contracts, determining discount rates and useful lives of right-of-use assets, and adapting information systems. The standard also demanded adjustments to internal processes and technical training of staff, with impacts on financial ratios such as increased leverage and EBITDA, and decreased ROA.

Auditors expressed a critical perception regarding the level of compliance by companies, highlighting challenges in applying the standard and in financial disclosures, which reinforces the practical difficulties encountered. It is also worth noting that the IASB has recently initiated a review process of IFRS 16, aiming to clarify critical aspects and reduce its complexity, with proposed amendments including the treatment of variable lease payments and improvements in disclosure requirements.

Despite the richness of the testimonies collected, the specificity of the target audience and the sample size limit the generalization of the results. This study is useful for regulators, companies, and auditors, as it highlights the practical obstacles of the standard and contributes to a more informed and balanced application. From an academic perspective, it deepens the understanding of IFRS 16 based on empirical evidence. Future research may explore international contexts, include the perspective of external users of financial information, and compare the challenges identified with the effects of any amendments that may be introduced to the standard.

Keywords: IFRS 16, leases, CFO, implementation challenges

Lista de siglas e acrónimos

AEX - *Amsterdam Exchange Index*

AICPA - *American Institute of Certified Public Accountants*

AMX - *Amsterdam Midkap Index*

CFO - *Chief Financial Officer* (Diretor Financeiro)

EBITDA - *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*

EFrag - *European Financial Reporting Advisory Group*

ERP - *Enterprise Resource Planning*

EUR - Euro

FTSEurofirst 100 - *Financial Times Stock Exchange 100 Index*

GICS - *Global Industry Classification Standard*

IAS - *International Accounting Standards*

IASB - *International Accounting Standards Board*

IFRS - *International Financial Reporting Standards*

OCC - Ordem dos Contabilistas Certificados

PIR - *Post-Implementation Review*

PME - Pequenas e Médias Empresas

RFI - *Request For Information*

ROA - *Return on Assets*

ROC - Revisor Oficial de Contas

SAP - *Systems, Applications & Products in Data Processing*

SME – *Small and Medium Companies*

SNC - Sistema de Normalização Contabilística

SROC - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Índice

1.	Introdução	1
2.	Revisão da literatura.....	4
2.1.	Enquadramento normativo.....	4
2.1.1.	IAS 17	5
2.1.2.	IFRS 16	7
2.1.3.	Opções de transição.....	8
2.2.	Principais desafios de adoção e implementação das IFRS	10
2.3.	Estudos e perspectivas sobre a IFRS 16	12
2.3.1.	Principais desafios de adoção e implementação da IFRS 16	12
2.3.2.	Impacto da IFRS 16 nos rácios e demonstrações financeiras	16
2.4.	Perceção dos auditores relativamente à implementação das IFRS.....	19
3.	Questões de investigação	22
4.	Metodologia	24
4.1.	Recolha de dados.....	24
4.2.	Tratamento dos dados	25
5.	Tratamento de dados e discussão dos resultados.....	26
5.1.	Entrevistas aos diretores financeiros	26
5.1.1.	Caracterização da amostra.....	29
5.1.2.	Análise e discussão dos resultados.....	31
5.2.	Questionário aos auditores.....	43
5.2.1.	Caracterização da amostra.....	45
5.2.2.	Análise e discussão dos resultados.....	47
5.3.	Discussão dos resultados.....	54
6.	Conclusão.....	58
7.	Limitações e sugestões de pesquisa futura	61
	Referências bibliográficas	63
	Apêndices.....	68

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Caracterização da amostra dos diretores financeiros.....	29
Tabela 2 - Frequência de resposta consoante a dimensão da empresa.....	41
Tabela 3 - Caracterização da amostra dos auditores	46
Tabela 4 - Respostas à questão 12 do questionário aos auditores.....	49

Lista de Anexos

Apêndice 1 - Guião de entrevista aos diretores financeiros.....	68
Apêndice 2 - Questionário a auditores.....	71
Apêndice 3 – Entrevista ao CFO 1	73

1. Introdução

A harmonização contabilística a nível internacional tem sido um dos grandes objetivos das últimas décadas, promovendo uma maior comparabilidade, transparência e fiabilidade na informação financeira divulgada pelas empresas (Potter, 2005). Neste contexto, a adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) representa um marco significativo para as entidades que operam em diferentes jurisdições. Entre as várias alterações normativas introduzidas nos últimos anos, a substituição da IAS 17 - *Leases* pela IFRS 16 - *Leases* constituiu uma das mudanças mais relevantes na forma como os arrendamentos são reconhecidos e apresentados nas demonstrações financeiras (Morales-Díaz & Zamora-Ramírez, 2018).

A IFRS 16, aplicável desde 1 de janeiro de 2019, impôs uma abordagem substancialmente diferente daquela que vigorava anteriormente, exigindo que os contratos de arrendamento fossem, com algumas exceções, reconhecidos no balanço do locatário. Esta mudança teve impactos significativos não só nos indicadores financeiros e estrutura do balanço das empresas (Bohusova et al., 2022; Ribeiro et al., 2023) mas também em aspetos operacionais, sistemas de informação, processos internos e mesmo nas relações contratuais com fornecedores e financiadores. O processo de transição revelou-se, por isso, bastante exigente (Mentosa, 2023; Ghanawi e Moussa, 2021).

Mais recentemente, o *International Accounting Standards Board* (IASB) tem vindo a reconhecer algumas limitações na norma e está a desenvolver propostas para a sua revisão, com o objetivo de clarificar determinados aspetos e reduzir a complexidade da sua aplicação. Em junho de 2025, foi publicado um *Request for Information* (RFI), aberto a comentários até outubro, com o intuito de recolher evidência empírica sobre os principais pontos críticos da norma. Este processo permitirá ao IASB avaliar se a IFRS 16 está a cumprir os objetivos inicialmente definidos e decidir os próximos passos, nomeadamente manter a norma inalterada, publicar materiais educativos ou iniciar um processo formal de alteração. Entre as alterações em discussão, destacam-se questões relacionadas com a contabilização de rendas variáveis, opções de extensão e rescisão, bem como a melhoria da divulgação de informação relevante para os utilizadores das demonstrações financeiras. Estas iniciativas refletem a preocupação do regulador em tornar a norma mais operacional e acessível, respondendo aos desafios identificados pelas entidades que a aplicam, promovendo uma maior consistência na sua interpretação.

Perante este enquadramento, este estudo tem como objetivo analisar, com base em evidência empírica recolhida junto de profissionais diretamente envolvidos na aplicação da IFRS 16, os principais desafios práticos enfrentados pelas empresas portuguesas na adoção da norma. Através de entrevistas a diretores financeiros e da aplicação de questionários a auditores, procurou-se compreender as dificuldades na interpretação e aplicação dos critérios de reconhecimento e mensuração, os ajustamentos realizados nos sistemas contabilísticos e processos internos, o impacto da norma nos rácios financeiros e na perceção dos *stakeholders*, bem como avaliar o grau de conformidade das empresas e os pontos críticos identificados pelos auditores durante os processos de validação. Esta abordagem permite captar não só a perspetiva dos preparadores da informação, mas também a visão externa dos profissionais que a auditam, assegurando uma análise abrangente e contextualizada da realidade empresarial nacional.

A relevância deste estudo decorre da necessidade de compreender os impactos reais da IFRS 16 na prática empresarial, num momento em que o próprio regulador reconhece limitações na norma e está a recolher contributos para a sua eventual revisão. Ao documentar os desafios enfrentados pelas empresas portuguesas, este trabalho contribui para uma maior sensibilização dos reguladores quanto às implicações operacionais e técnicas das normas que publicam, promovendo uma abordagem mais equilibrada entre os objetivos de transparência e a viabilidade da aplicação. Para além disso, o estudo oferece valor à comunidade académica, ao aprofundar a análise dos conceitos e efeitos da IFRS 16 com base em evidência empírica, e aos profissionais da área financeira e da auditoria, ao identificar boas práticas, dificuldades recorrentes e áreas que exigem maior clarificação. A triangulação entre a perspetiva dos preparadores e dos auditores permite ainda uma leitura crítica e contextualizada da norma, reforçando a utilidade do estudo para todos os intervenientes no processo de relato financeiro.

Para cumprir este propósito, este estudo estrutura-se de forma a contextualizar, fundamentar e analisar a aplicação da IFRS 16. O Capítulo 2 apresenta o enquadramento teórico e normativo, começando pela evolução da contabilização das locações e os fundamentos conceptuais da norma (2.1), seguindo-se uma análise dos principais desafios de adoção e implementação das IFRS (2.2), uma revisão da literatura sobre a IFRS 16, incluindo os seus impactos operacionais e financeiros (2.3), e, por fim, uma síntese das perceções dos auditores relativamente à aplicação das IFRS (2.4). Segue-se o capítulo 3, que inclui a

definição das questões de investigação. O capítulo 4 descreve a metodologia adotada, com destaque para os instrumentos de recolha de dados e os critérios de seleção dos participantes. No capítulo 5, a análise dos resultados está dividida entre as entrevistas a diretores financeiros (5.1) e os questionários a auditores (5.2), terminando com a discussão dos resultados (5.3), o que permite uma leitura comparada e complementar das duas perspetivas. Por fim, no capítulo 6 são apresentadas as principais conclusões do estudo, com base na evidência recolhida, e discutidas as implicações práticas dos resultados, bem como as suas limitações e sugestões para investigações futuras, presentes no capítulo 7.

2. Revisão da literatura

2.1. Enquadramento normativo

O *leasing* surgiu nos Estados Unidos da América, durante o século XVII, como uma forma de financiamento para a aquisição de carroças e cavalos. Posteriormente, com a revolução industrial no século XIX, o *leasing* passou a ser bastante usado como auxiliar na aquisição dos fatores de produção para as fábricas, principalmente no setor ferroviário. A maioria dos bancos considerava o financiamento para a ferrovia bastante arriscado, por isso as empresas teriam de encontrar outra forma de financiamento. Assim, alguns investidores começaram a comprar o equipamento necessário para a construção da ferrovia com o único propósito de facultar esses equipamentos às empresas que a iriam, de facto, construir. Em troca, receberiam um pagamento periódico, cujo total corresponderia ao valor do equipamento, acrescido de uma quantia adicional. Este método de financiamento é muito semelhante ao que existe nos dias de hoje (Taylor, 2011).

Segundo Werden (2005), o conceito de locação faz sentido economicamente, uma vez que a entidade pode precisar de um ativo para a sua atividade normal durante apenas um período, não tendo, assim, a necessidade de o comprar. Assim, pode apenas pedir emprestado o ativo a outra entidade que o detenha, dando em troca uma quantia previamente determinada entre as partes.

Sorrentino et al. (2020), no seu estudo sobre os diversos pontos de vista presentes na literatura relativamente às locações, dividem as abordagens teóricas em três conjuntos: a perspectiva do direito de propriedade, a abordagem do compromisso firme e a abordagem do risco e recompensa.

Na primeira abordagem apresentada, Samuelson (1996) afirma que um ativo consiste numa combinação de diversos direitos (uso, transformação, venda) que uma empresa possui em relação a um recurso num determinado período de tempo. Booth (2003, p. 318) argumenta que “os contratos para a locação de direitos são contratos executórios que envolvem obrigações presentes. Um locatário adquire controlo dos direitos locados durante o prazo da locação em troca de uma obrigação presente de sacrificar benefícios económicos futuros equivalentes aos compromissos da renda da locação”. Nesse sentido, também Vatter (1966) defende que, quando é efetuado um contrato de *leasing*, o locatário adquire o direito de usar os serviços associados ao bem em questão, bem como a obrigação de pagar uma

renda por esse direito de uso. Esta abordagem teórica serviu de base para a nova IFRS 16 *Leases*.

A segunda abordagem, introduzida por Ijiri (1980), é semelhante à primeira, no sentido em que se deveria reconhecer o direito de uso do ativo e respetiva obrigação nas demonstrações financeiras do locatário. No entanto, isto apenas deveria acontecer se os contratos fossem de compromisso firme ou irrevogáveis, ou seja, quando o não cumprimento do contrato resultasse numa penalização severa para a parte infratora.

Por fim, a terceira abordagem prende-se com o risco e a recompensa da posse do ativo, e começa com a distinção de dois tipos diferentes de locação. Se um contrato de locação, através das suas características, transferir a grande maioria dos riscos e benefícios associados com o bem locado para o locatário e se os efeitos económicos gerados forem semelhantes a uma compra a prestações, então esse contrato de locação, na prática, é equivalente a uma compra a prestações. Neste caso a locação é definida como financeira e deve resultar no registo do ativo locado e da respetiva obrigação no Balanço do locatário (Naser, 1993). Caso contrário, a transação é apenas uma troca entre o locador e o locatário de promessas não vinculativas (Wolk et al., 1992), tendo o locador e o locatário apenas de registar um rendimento e um gasto, respetivamente, não existindo registos no Balanço.

Esta última abordagem teórica, centrada na transferência dos riscos e benefícios da posse do ativo, serviu de base ao modelo adotado pela IAS 17 – *Leases*, cuja análise se apresenta de seguida, permitindo compreender como estas ideias foram formalizadas na norma e aplicadas na prática contabilística.

2.1.1. IAS 17

Esta convergência entre teoria e prática foi formalizada com a introdução da primeira versão da norma, em setembro de 1982, com entrada em vigor efetiva a partir de 1 de janeiro de 1984. Foi depois reformatada em 1994, o que deu origem à IAS 17 – *Leases*. Uma das principais diferenças entre as duas normas está relacionada com a classificação das locações. Enquanto a primeira introduziu apenas uma distinção básica entre as locações financeiras e operacionais, focando-se nos riscos e benefícios económicos da posse do ativo, a segunda aprimorou os critérios para a classificação das locações, fornecendo um guia mais detalhado para as condições necessárias que levariam uma locação a ser classificada como financeira,

através de exemplos presentes nos parágrafos 10 e 11 da norma (apesar de estes não serem vinculativos).

Também as normas para a divulgação passaram a estar mais explícitas e detalhadas, nos parágrafos 31, 35, 47 e 56 da nova versão, tornando-se necessário, tanto para os locatários como para os locadores, divulgar o total de pagamentos mínimos futuros e uma informação detalhada dos acordos de arrendamento significativos.

No entanto, esta norma foi sujeita a diversas críticas, tanto por académicos (Reither, 1998) como por profissionais (AICPA - *American Institute of Certified Public Accountants*, 1994), que defendiam que o facto de as entidades não registarem todos os seus contratos de locação no balanço, fazia com que a comparabilidade entre as empresas ficasse bastante afetada.

Beattie et al. (2000) argumentam que os contratos de locação se encontram num espectro, em que num extremo é evidente que o locador está a providenciar o financiamento ao locatário para a compra de um ativo (locação financeira), e no outro extremo está claro que o locatário está a pagar uma renda pelo uso do ativo, sem existir qualquer outro compromisso além do pagamento da renda (locação operacional). Contudo, a maioria dos contratos encontram-se entre estes dois extremos, não pertencendo a nenhuma destas categorias. Assim, o que esta distinção promove não é propriamente a diferenciação das características dos contratos, mas sim o intuito de redigir um contrato que preencha os requisitos necessários para não haver a necessidade de registar os ativos e obrigações no balanço da empresa.

Morales-Díaz & Zamora-Ramírez (2018) apresentam uma visão semelhante através de um exemplo. Se uma empresa decidir comprar um determinado bem, financiando a compra através de um empréstimo, e uma segunda empresa decidir recorrer a um *lease*, em termos de substância económica as duas operações são muito semelhantes. Contudo, de acordo com a IAS 17, a primeira operação é reconhecida como uma aquisição de um ativo, mas a segunda não será reconhecida no balanço (apenas serão reconhecidos os gastos/rendimentos decorrentes da locação operacional).

Tendo em atenção estas críticas, o IASB começou a desenvolver um novo modelo contabilístico que obrigasse os locatários a reconhecer a maior parte dos contratos de locação nos seus balanços, publicando a primeira versão em 2010.

Seguiram-se bastantes contestações por parte dos preparadores das demonstrações financeiras, que questionavam o benefício de registar no balanço todas as locações, tendo até

algumas empresas espanholas formado um *lobby* contra o IASB, de modo a evitar mudanças na IAS 17 (Fitó et al., 2013). A fundamentação para estes protestos era a previsão de uma crise económica geral, visto que o aumento da dívida nos balanços das empresas faria com que os *ratings* baixassem, o que teria um grande impacto ao nível do investimento.

Apesar destes protestos, o IASB concluiu que faria sentido mudar a regulamentação das locações, publicando a IFRS 16 - *Leases* em fevereiro de 2016, que entraria em vigor a partir de 1 de janeiro de 2019.

2.1.2. IFRS 16

A principal diferença entre a IAS 17 – *Leases* e a IFRS 16 – *Leases* é o novo modelo de contabilização das locações. Esta nova norma vai de encontro à primeira abordagem teórica apresentada anteriormente, em que a questão principal é perceber quem tem o direito de uso do ativo locado.

Assim, à luz da nova norma, quando uma entidade assina um contrato de locação, deverá reconhecer inicialmente o direito de usar o bem no Ativo e a respetiva obrigação no Passivo, ou seja, como uma locação financeira. Quanto às locações operacionais, só poderão ser contabilizadas como tal no caso de o contrato ser de curta duração (inferior a 12 meses) ou de baixo valor. Segundo esta nova norma, o valor a analisar deverá ser o valor do ativo quando novo, independentemente da sua idade no momento da locação [IFRS 16.B3], mas não estabelece um valor limite. No entanto, a KPMG (2016) sugere como referência prática o valor de 5.000 €, com base na análise dos ativos normalmente considerados de baixo valor, como computadores pessoais, telemóveis ou pequenos artigos de mobiliário de escritório [IFRS 16.B8].

Relativamente à mensuração inicial, a mensuração do ativo deve ser efetuada pelo custo do direito de uso do ativo [IFRS 16.23]. Este custo inclui: o valor atual dos pagamentos futuros; pagamentos feitos antes ou quando a locação tem início; custos indiretos suportados e estimativa dos custos de desmantelamento/remoção do ativo, se for o caso [IFRS 16.24]. Já a mensuração da dívida deve corresponder ao valor atual dos pagamentos futuros, em que o fator de atualização é a taxa de juro implícita no contrato [IFRS 16.26] (estes pagamentos incluem o valor de compra do ativo no final do contrato, se for provável a empresa exercer essa opção de compra [IFRS 16.27]).

Posteriormente, o ativo deverá ser depreciado desde o início do contrato até ao final da sua vida útil ou ao final do contrato, o que acontecer primeiro [IFRS 16.32]. A dívida deverá ser abatida pelo valor dos pagamentos efetuados, líquidos dos juros incluídos nesses pagamentos.

Compreendida a lógica de reconhecimento e mensuração da IFRS 16, importa agora analisar como se processa a transição prática entre a IAS 17 e a nova norma, especialmente no que diz respeito às opções disponíveis para os preparadores das demonstrações financeiras.

2.1.3. Opções de transição

De acordo com o parágrafo 8 do Apêndice C da IFRS 16, as entidades podem optar por um de três métodos de transição:

- a) Método retrospectivo completo;
- b) Método retrospectivo modificado:
 - i. Com o direito de uso igual ao passivo da locação;
 - ii. Com o direito de uso mensurado como se a IFRS 16 tivesse sido sempre aplicada.

Em primeiro lugar, é importante ter em atenção o parágrafo C6 da norma, que indica que os locatários devem ser consistentes na forma de aplicação dos métodos, ou seja, devem aplicar o mesmo método (retrospectivo completo ou retrospectivo modificado) a todos os contratos de locação da entidade. De seguida, é necessário compreender a distinção entre os métodos.

Há várias diferenças entre os dois principais métodos. O método a) obriga à reexpressão dos períodos comparativos, em que o ativo de direito de uso e respetivo passivo são recalculados desde o início do contrato, usando a taxa de desconto original de cada contrato, e depois ajustados para o ano presente e para o ano comparativo.

Já o método b) não requer uma reexpressão dos períodos comparativos e a taxa de desconto utilizada é a da data da transação, em vez da taxa original do contrato. Se o locatário aplicar o método b) i., o direito de uso deve ser calculado atualizando todos os pagamentos remanescentes da locação para o valor presente, utilizando a taxa da data de transação. Se, por outro lado, optar pelo método b) ii., o direito de uso será calculado com base em todos

os pagamentos previstos na totalidade do contrato, atualizados para o momento presente, descontando de seguida a amortização equivalente aos anos já decorridos.

O método retrospectivo completo é o mais fidedigno em termos de transmitir a verdadeira posição financeira da empresa, oferecendo uma melhor comparabilidade entre períodos e proporcionando uma transição mais rigorosa (Carroll, 2019). No entanto trata-se de um método de elevada complexidade operacional, uma vez que obriga a muitos cálculos e o recurso a dados históricos, o que numa entidade que tenha um elevado número de contratos de locação se torna muito dispendioso em termos de tempo e recursos. Por outro lado, embora proporcione uma comparabilidade inferior, o método retrospectivo modificado caracteriza-se pela sua maior simplicidade de aplicação, o que faz com que este seja o método mais escolhido pela maioria das empresas que aplica a transição entre as normas.

Esta afirmação já foi comprovada por vários estudos, incluindo o de Arnold et al. (2020), em que os autores analisaram um total de 72 entidades, incluindo as maiores instituições não financeiras presentes no índice *FTSEurofirst 100* (*Financial Times Stock Exchange 100 Index*) e também algumas empresas holandesas cotadas na AEX (*Amsterdam Exchange Index*) e AMX (*Amsterdam Midkap Index*). No que toca ao método de transição aplicado, os autores concluíram que apenas 13% das entidades analisadas adotaram o método retrospectivo completo, precisamente devido aos custos necessários para a sua aplicação. Das restantes entidades (87% da amostra), que aplicaram o método retrospectivo modificado, 68% optou pelo método mais simples, em que o direito de uso é igual ao passivo de locação.

Também o estudo de Legenzova & Žilaitytė (2023), centrado em empresas cotadas nos países bálticos, confirma esta tendência. Os autores verificaram que a maioria das entidades analisadas optou pelo método retrospectivo modificado, justificando essa escolha com base na simplicidade operacional, na menor exigência de dados históricos e na redução dos custos de implementação. O estudo destaca ainda que, apesar de o método completo oferecer maior comparabilidade, a sua aplicação prática é frequentemente inviável para empresas com recursos limitados ou com portfólios extensos de contratos de locação.

De forma semelhante, Quach & Tu (2020) analisaram um conjunto de empresas do setor de consumo e concluíram que a esmagadora maioria adotou o método retrospectivo modificado, precisamente por ser o mais eficiente em termos de tempo e esforço. Os autores sublinham que esta escolha permite às empresas evitar a reexpressão dos períodos

comparativos, simplificando o processo de transição e minimizando o impacto nos sistemas contabilísticos.

Estes resultados comprovam que a maior parte das empresas opta pela simplicidade e custos reduzidos no que toca à transição entre as normas, em detrimento da melhor comparabilidade das suas demonstrações financeiras. Esta escolha reflete constrangimentos e limitações que as entidades enfrentam na adoção das normas internacionais, os quais se manifestam não apenas na escolha do método de transição, mas também em múltiplas dimensões organizacionais e técnicas que condicionam a implementação efetiva das IFRS. O subcapítulo seguinte explora precisamente essas dificuldades, com base na literatura existente e nas perceções dos profissionais envolvidos no processo de implementação.

2.2. Principais desafios de adoção e implementação das IFRS

Apesar de a maioria dos estudos existentes adotar uma abordagem quantitativa, como os que serão referidos no subcapítulo seguinte, nos últimos anos têm vindo a surgir investigações com carácter qualitativo, centradas na perceção dos profissionais e nas respostas organizacionais à adoção das normas internacionais de contabilidade. Estes estudos procuram compreender de que forma as empresas interpretam e aplicam os normativos, bem como as motivações, resistências e adaptações que ocorrem ao longo do processo de implementação. Através de entrevistas e estudos de caso, estes trabalhos contribuem para uma visão mais profunda e contextualizada da aplicação das normas, complementando a informação obtida nos estudos de natureza quantitativa.

O principal objetivo das normas internacionais é a harmonização contabilística de forma a aumentar a comparabilidade entre as empresas, tornando mais fácil a leitura das demonstrações financeiras pelos seus utilizadores. No entanto, o desenvolvimento da contabilidade em cada país foi um processo construído localmente pelas diversas sociedades existentes, pelo que foram surgindo diferenças entre as diversas normas contabilísticas das diferentes nações (Potter, 2005).

Apesar das vantagens reconhecidas, a adoção das IFRS tem sido acompanhada por diversos desafios práticos que dificultam a sua implementação eficaz. Um dos principais obstáculos é a insuficiência de formação especializada, que limita a capacidade dos profissionais em aplicar corretamente os normativos internacionais. Albu et al. (2014), por exemplo, através da realização de 24 entrevistas a profissionais de contabilidade na Roménia,

identificaram que muitas empresas enfrentam dificuldades na adoção das IFRS devido à falta de conhecimento técnico e à resistência organizacional, especialmente em contextos onde o normativo nacional difere significativamente do internacional.

A adaptação dos sistemas de informação constitui também uma barreira relevante, exigindo investimentos em tecnologia e alterações nos processos internos. Weaver e Woods (2015) destacam que a transição para as IFRS implica frequentemente a recolha de dados que não eram exigidos anteriormente, o que se torna particularmente desafiante em empresas com registos históricos incompletos ou dispersos por diferentes departamentos.

Outro desafio recorrente é a complexidade técnica das normas, que exigem um elevado grau de julgamento profissional, especialmente em áreas como o reconhecimento e a mensuração de ativos e passivos. Esta complexidade é agravada pela subjetividade na interpretação dos critérios normativos, o que pode levar a divergências entre preparadores e auditores, como evidenciado por Jermakowicz and Gornik-Tomaszewski (2006), que questionaram 112 empresas europeias cotadas em bolsa sobre a forma como as empresas adotaram as IFRS, o seu impacto nas demonstrações financeiras e os custos e benefícios da adoção.

No mesmo estudo, os autores identificam que a ligação entre contabilidade e fiscalidade em muitos países pode dificultar a adoção plena das IFRS, uma vez que as entidades têm de manter sistemas paralelos para cumprir simultaneamente os requisitos legais e os normativos internacionais, sendo esta uma das principais razões que explica o facto de muitas empresas europeias não adotarem voluntariamente as IFRS antes da obrigatoriedade imposta pelo Regulamento (CE) n.º 1606/2002, dificultando a harmonização contabilística pretendida pelo IASB. No âmbito deste regulamento, apenas estão incluídas as empresas cotadas, uma vez que, na maioria dos estados-membros, existe uma forte correlação entre a contabilidade e a tributação, tornando o processo de transição demasiado complexo.

No entanto, ao longo do tempo, a consciencialização para a utilidade e objetivos do normativo internacional foi aumentando, e os profissionais da área começaram a mudar as suas perspetivas a favor da harmonização contabilística. Silva et al. (2020) realizaram entrevistas a auditores portugueses com o objetivo de compreender as suas perceções quanto às vantagens da adoção das normas internacionais num país em que o sistema contabilístico nacional era bastante diferente do internacional. Os resultados obtidos são bastantes favoráveis, com os auditores concordando em várias vantagens de um normativo

internacional, como a utilidade da informação divulgada, a melhoria na reputação das entidades e o aumento da comparabilidade.

Tendo em conta os desafios transversais à adoção das IFRS, torna-se pertinente analisar com maior profundidade os estudos que incidem especificamente sobre a IFRS 16, norma que representa uma das alterações mais significativas no relato financeiro das locações. É essa análise que se desenvolve no subcapítulo seguinte.

2.3. Estudos e perspectivas sobre a IFRS 16

A evolução na perceção dos profissionais sobre os normativos internacionais reflete uma crescente valorização da harmonização contabilística e da qualidade da informação financeira. No entanto, à medida que se intensifica a aplicação das normas, torna-se evidente que o seu impacto ultrapassa os aspetos técnicos, envolvendo também dimensões organizacionais, operacionais e estratégicas que influenciam profundamente o modo como as entidades se adaptam às exigências do novo enquadramento normativo.

2.3.1. Principais desafios de adoção e implementação da IFRS 16

A IFRS 16, ao substituir o modelo anterior de contabilização das locações, introduziu uma abordagem mais abrangente e exigente, centrada no reconhecimento do direito de uso dos ativos, o que implicou uma reconfiguração profunda dos processos internos das entidades, exigindo não apenas ajustamentos técnicos, mas também decisões operacionais complexas. Estudos qualitativos recentes, focados especificamente na aplicação da IFRS 16, têm procurado captar estas dificuldades com maior profundidade, recorrendo a entrevistas e análises de casos concretos.

Hjertstedt (2018) analisa, ainda na fase de pré-implementação, a forma como entidades suecas com carteiras relevantes de locações imobiliárias (retalho e *real estate*) anteciparam e geriram os desafios colocados pela IFRS 16. O estudo recorre a entrevistas semiestruturadas a locadores, locatários e um especialista em IFRS, para compreender que mudanças e ações estratégicas foram necessárias tomar para mitigar o impacto da nova norma.

Os resultados indicam que a adoção passou sobretudo pela recolha de dados exaustiva e adaptação dos sistemas informáticos. Em muitas organizações, o processo iniciou-se em folhas de cálculo, com migração gradual para soluções dedicadas à medida que a

complexidade e o volume de contratos o exigiam. A proximidade da data efetiva e a percepção tardia da complexidade operacional levaram a decisões provisórias e *shortcuts* iniciais, com afinações subsequentes nos primeiros períodos de reporte.

Além disso, o plano contratual também suscitou algumas alterações. Em primeiro lugar, o autor refere os contratos com termo indefinido ou com várias opções de extensão. A IFRS 16 exige que o prazo da locação seja determinado em dois passos: primeiro, identifica-se o período executável (o tempo em que o contrato é realmente obrigatório para as partes); depois, ajusta-se esse período pelas opções de extensão ou terminação que a entidade esteja razoavelmente certa de exercer, considerando incentivos económicos (penalizações, custos de mudança, histórico). Assim, um contrato de 5 anos com opção de extensão de mais 5 anos pode contar como 10 anos se a extensão for provável, enquanto um contrato mensal de cancelamento livre tende a ter prazo mais curto. Este julgamento tem impacto direto na mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de locação.

Em segundo lugar, verificou-se que a existência de contratos com pagamentos variáveis (no caso das empresas do estudo, em função da receita) geram dificuldades no cálculo do passivo da locação. Em teoria, os contratos poderiam ter uma renda base de 0 EUR e uma renda 100% variável em função dos contratos, ficando fora do âmbito da norma, visto que as rendas variáveis não integram o valor dos pagamentos mínimos. No entanto, na prática, esta solução gera demasiada volatilidade para ambos os lados do negócio, não sendo uma solução viável.

Por fim, o estudo destaca a questão dos contratos que agregam renda e serviços. Como o passivo de locação é calculado apenas sobre a renda, um maior peso dos serviços tende a reduzir o impacto no balanço, criando um incentivo para os locatários deslocarem parte do preço da renda para serviços. Na prática, porém, esse efeito é limitado: em muitos contratos, os serviços representam apenas uma pequena parcela do total do valor do contrato e, além disso, a segregação nem sempre vem discriminada na documentação. Esta falta de separação surgiu como uma das principais dificuldades, pela complexidade da articulação com senhorios e prestadores e pela sua baixa disponibilidade para alterar faturas ou contratos. Para o senhorio, a distinção entre renda e serviços é, em regra, indiferente, pelo que raramente existe um incentivo económico para investir tempo nesse processo para todos os clientes.

Globalmente, os entrevistados deste estudo reconheceram ganhos de transparência para os utilizadores da informação e um melhor alinhamento entre balanço e realidade económica, mas salientaram o peso administrativo e o esforço contínuo de manutenção resultante da transição para a IFRS 16.

Mentosa (2023), por sua vez, realizou oito entrevistas a diretores financeiros de empresas cotadas em Malta, recolhendo dados sobre os vários desafios apontados pelos entrevistados relativos à transição dessas empresas para a IFRS 16. Após as entrevistas, o autor concluiu que a maioria das empresas apenas começaram o processo de transição no ano anterior à implementação da norma em 2019, apesar de terem a possibilidade de começarem a preparar o processo de transição desde 2016. Este começo tardio contribuiu para a decisão de recorrer a aconselhamento profissional. Um dos entrevistados constatou ainda que não é um especialista em IFRS, apenas um “*general practitioner*”, reforçando a complexidade da norma e justificando o pedido de ajuda a terceiros no processo de transição.

A subjetividade da norma foi também um tema abordado no estudo, com alguns entrevistados a apontar dificuldades em identificar se um contrato se insere ou não no âmbito da norma e também na identificação da taxa de desconto, no caso desta não estar presente no contrato, uma vez que pode ser interpretada de maneira diferente por outros profissionais, por exemplo os auditores.

Por fim, os entrevistados apontaram os custos significativos em termos de tempo e recursos associados à implementação da IFRS 16, sobretudo no processo de identificação de todos os contratos abrangidos pela norma e, posteriormente, no detalhe de cada contrato, quer através de aplicações especializadas, quer por recurso a folhas de cálculo como o Excel.

O estudo de Ghanawi e Moussa (2021) reforça as conclusões dos anteriores. Os autores entrevistaram 19 profissionais com funções na área financeira de uma empresa multinacional sueca, também com o principal objetivo de perceber quais os maiores desafios enfrentados pela empresa aquando da implementação da IFRS 16. Os resultados mostram quatro desafios claros: falta de planeamento, falta de formação adequada, falta de conhecimento e de experiência perante a norma e dificuldades na recolha dos dados dos contratos.

A maioria dos entrevistados afirmou que o começo do planeamento da transição foi tardio, o que levou a uma acumulação de tarefas e até à contratação de novo pessoal para participar na transição. O adiamento deveu-se principalmente à subestimação da

complexidade da norma, suportando as conclusões de estudos anteriores, como o de Hoogendoorn (2006) e Jermakowicz e Gornik-Tomaszewski (2006).

Por outro lado, o desleixo no planeamento leva a uma formação pobre dos profissionais que, apesar de terem tido algumas sessões online e até sessões individuais, afirmaram que a formação foi bastante teórica e insuficiente, quer em profundidade, quer em continuidade. Como consequência, os entrevistados não estavam devidamente preparados para a implementação da nova norma, o que resultou em diversos erros e várias dificuldades nos primeiros períodos de reporte.

Uma dessas dificuldades foi a recolha e consolidação dos dados necessários para aplicar a IFRS 16, o que também se deveu bastante ao elevado número de contratos de *leasing*, ao facto dos dados estarem dispersos por várias plataformas e departamentos e à frequente alteração nos contratos de locação. Estas conclusões foram também obtidas no estudo feito por Weaver e Woods (2015), que destacaram as dificuldades de obter dados exigidos pelas IFRS, especialmente quando: os dados não eram exigidos antes pelas normas locais ou anterior norma internacional, como é o caso, os registos históricos são incompletos ou inexistentes e há dependência de outras áreas da empresa.

Passados alguns anos da implementação de uma nova norma, o IASB costuma fazer uma *Post-Implementation Review* (PIR). Este é um processo que serve para o IASB perceber se a norma está a funcionar como pretendido, entrega benefícios de informação aos utilizadores, não gera custos excessivos e se há áreas que justifiquem ajustes ou esclarecimentos adicionais. A IFRS 16 não foi exceção: no final de 2023 o IASB decidiu começar este processo referente à norma em causa, tendo sido lançando, no início de 2024, pelo EFRAG (*European Financial Reporting Advisory Group*), um inquérito online a preparadores, utilizadores e reguladores para recolher evidências empíricas e os principais pontos críticos da norma, com o objetivo de preparar um RFI. Após redigido, este documento é tornado público e visa confirmar se esses temas são efetivamente críticos e recolher opiniões sobre possíveis abordagens de resolução, servindo de base às decisões subsequentes da revisão (IASB, 2023; EFRAG, 2024a, 2024b; IASB, 2025).

No caso da IFRS 16, o *feedback* obtido através dos inquéritos e refletido no RFI aponta, de forma consistente, para áreas com elevado julgamento e custos contínuos, nomeadamente: determinação do prazo da locação, tratamento de pagamentos variáveis, determinação da taxa de desconto, com potenciais efeitos na comparabilidade e esforço de

recolha/manutenção e custos e frequência de remensurações associados a modificações e reavaliações. O RFI referente à nova norma foi publicado a 17 de junho de 2025, estando aberto a comentários e sugestões até meados de outubro, que serão depois analisados pelo IASB no sentido de avaliar se a norma está a funcionar como previsto e decidir os passos seguintes, ou seja, se mantêm a norma inalterada, se publicam material educativo ou se necessitam mesmo de iniciar um processo de alteração à norma (EFRAG, 2024a, 2024b; IASB, 2025).

2.3.2. Impacto da IFRS 16 nos rácios e demonstrações financeiras

As implicações práticas da IFRS 16 não se limitam ao plano operacional: estendem-se também ao nível dos indicadores financeiros, influenciando diretamente os rácios e a estrutura das demonstrações financeiras das entidades.

Mesmo antes da introdução da IFRS 16, já alguns académicos, como Imhoff et al. (1991), tentavam estimar qual seria o valor das locações ao nível do balanço, utilizando, por exemplo, o método da capitalização construtiva, que consistia em reconstruir as demonstrações financeiras de uma empresa, integrando no seu balanço o valor presente do total das rendas a pagar durante o período da locação.

Imhoff et al. (1991) aplicaram este método às demonstrações financeiras de 1987 de 14 empresas norte americanas pertencentes a diferentes setores de atividade, chegando à conclusão que a capitalização das locações operacionais influenciava significativamente alguns indicadores de desempenho das empresas, tal como a rentabilidade do ativo e a rentabilidade dos capitais próprios, o que significava que, com a capitalização das locações operacionais, o nível de alavancagem destas empresas era bastante superior relativamente ao que reportavam.

Após a publicação, em 2016, do novo normativo, começaram a surgir diversos estudos previsionais cujo objetivo era avaliar e quantificar o impacto que a IFRS 16 teria após a sua implementação, tanto nas demonstrações financeiras como nos rácios financeiros. Morales-Díaz e Zamora-Ramírez (2018), com esse mesmo objetivo, melhoraram o método de estimação utilizado por Imhoff et al. (1991), adequando a estimativa do período de locação e a forma de obter a taxa de desconto ao novo normativo aprovado. No que toca à estimativa do período de locação, o método utilizado originalmente tinha apenas em conta os pagamentos mínimos de locação divulgados pelas empresas para estimar passivos e ativos de

leasing, não considerando períodos adicionais de contratos que poderiam ser razoavelmente certos de serem exercidos. Já quanto à taxa de desconto, os estudos anteriores utilizavam frequentemente taxas de desconto genéricas, como uma taxa fixa de 10% ou taxas de mercado, não considerando o risco de crédito específico da empresa. Esta metodologia foi alterada pelos autores, passando a taxa de desconto a ser ajustada com base no risco de crédito da empresa, setor e taxas de recuperação de ativos colaterais, o que permite a obtenção de estimativas mais precisas.

A partir de uma amostra de 646 empresas, distribuídas por 20 setores de atividade (de acordo com o GICS - *Global Industry Classification Standard*), os autores concluíram que, caso a IFRS 16 tivesse sido aplicada a 31 de dezembro de 2015 nas empresas da amostra, o ativo e o passivo seriam superiores, em média, em 9,96% e 21,4%, respetivamente. Este aumento superior no caso do passivo justifica-se, por um lado, pelo facto do total dos ativos ser superior ao total dos passivos e, por outro lado, porque o direito de uso é amortizado numa base linear, enquanto a obrigação reconhecida é amortizada numa base crescente, uma vez que o juro vai diminuindo ao longo do tempo. Os autores notam ainda que estas variações são maiores que as obtidas na maioria dos estudos anteriores, sendo esta diferença justificada pela alteração da metodologia utilizada. Foi ainda concluído que existe uma variação positiva do ROA, em média, de 3,07%, ao contrário de outros estudos, como Duke et al. (2009) e Wong e Joshi (2015), que obtiveram uma diminuição do ROA nas empresas das respetivas amostras. Salientam, no entanto, que não foi encontrado um padrão consistente no que toca às variações deste rácio.

Contudo, estes resultados fornecem informações mais relevantes quando analisados por setor de atividade. Depois do tratamento dos dados, os autores concluíram que os setores mais afetados seriam o do retalho, da hotelaria e dos transportes, mais significativo no caso das companhias aéreas. Em média, os ativos destes setores teriam um aumento estimado de 27%, 28,4% e 27,2%, enquanto os passivos aumentariam 59,2%, 55,3% e 53,3%, respetivamente. Também relativamente à alavancagem e ao ROA, estes são os setores mais afetados. Estes resultados podem ser explicados pelos seguintes fatores:

- o No setor do retalho e da hotelaria, as empresas têm contratos de locação para muitos imóveis, como as lojas e os hotéis;

- No setor dos transportes as empresas adquirem o direito de utilizar uma grande parte dos veículos através de contratos de locação, como é o caso das companhias aéreas;
- As empresas destes setores não têm um passivo tão elevado como empresas de outros setores.

Noutros setores, como a banca e os seguros, apesar do elevado valor existente em contratos de locação, o próprio negócio obriga as empresas a manterem um nível de passivo elevado, devido a depósitos de clientes, depósitos de outros bancos, obrigações ou responsabilidades de seguros, neutralizando os impactos do novo normativo. O contrário também acontece, sendo exemplo disso o setor de *software* e serviços.

Os resultados obtidos por Morales-Díaz e Zamora-Ramírez (2018) são corroborados por vários outros estudos sobre o tema. Focando-se no retalho, Bohusova et al. (2022) analisaram os relatórios e contas entre 2011 e 2016 de 20 grandes empresas deste setor, concluindo que, caso as empresas utilizassem a IFRS 16 durante este período, o total dos ativos e passivos teria sido, em média, 1,37 e 1,47 vezes superior respetivamente e que as alavancagens relativas aos capitais próprios e ao total do ativo também aumentariam (1,66 e 1,14 vezes), variações no mesmo sentido do estudo de Morales-Díaz e Zamora-Ramírez (2018). O ROA sofreria uma variação negativa de 24% na média das empresas analisadas, facto justificado por um aumento proporcional maior no total dos ativos do que no EBIT.

Também o setor dos transportes aéreos, por ser dos mais impactados pela norma, foi alvo de um elevado número de estudos científicos. Ribeiro et al. (2023) recolheram dados de 14 empresas de transporte aéreo sediadas na Europa e América do Sul, analisando os dados no geral e por tamanho da empresa. Os autores concluíram, tal como nos restantes estudos, que o aumento percentual dos passivos era superior ao aumento percentual dos ativos, variações mais significativas nas empresas de menor dimensão, uma vez que é nestas que o peso das locações operacionais é maior. Suzuki Tofanelo et al. (2021) analisaram as três principais companhias aéreas do Brasil, corroborando as conclusões dos estudos já apresentados. "Do total de aeronaves adquiridas pelas empresas estudadas neste artigo, 83,98% foram através de leasing operacional", o que faz prever uma grande alteração nos rácios e posição financeira destas empresas. Assim como nos estudos já analisados, os resultados obtidos por Suzuki Tofanelo et al. (2021) constataam um aumento significativo do

ativo e no passivo destas empresas, um aumento do rácio de endividamento e do EBITDA e uma diminuição do ROA.

Tendo em conta os desafios técnicos e operacionais identificados na literatura sobre a IFRS 16, torna-se pertinente complementar essa análise com a perspetiva dos auditores, cuja atuação é determinante na validação da aplicação da norma e na identificação de pontos críticos durante os processos de auditoria. É essa dimensão que se explora no subcapítulo seguinte.

2.4. Perceção dos auditores relativamente à implementação das IFRS

A adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tem implicado transformações significativas não apenas na preparação da informação financeira, mas também na forma como esta é auditada e validada por profissionais externos. A IFRS 16, em particular, introduziu desafios técnicos e operacionais que exigem uma resposta ajustada por parte dos auditores, quer ao nível da compreensão dos critérios normativos, quer na avaliação da conformidade das entidades com os requisitos de reconhecimento, mensuração e divulgação (Elhaj e Soliman, 2023).

Segundo Elhaj e Soliman (2023), os auditores enfrentam múltiplos desafios na adoção das IFRS. Através de uma abordagem mista, quantitativa e qualitativa, os autores recolheram dados junto de profissionais da área de auditoria com base numa conjugação de perguntas fechadas e abertas. Os resultados obtidos através das questões de investigação revelam que os auditores percecionam a adoção das IFRS como um processo desafiante, sobretudo devido à necessidade de formação contínua dos profissionais, aos custos elevados e à complexidade técnica envolvida. A média das respostas indica uma perceção elevada dos desafios (4,1 numa escala de 1 a 5), sendo a formação o fator mais crítico para uma implementação eficaz. Por outro lado, os auditores demonstram uma atitude maioritariamente positiva face às IFRS, reconhecendo que estas normas contribuem para a melhoria da qualidade do trabalho, facilitam o processo de auditoria e são úteis na deteção de erros, com uma média geral de 4.22 nos itens relacionados com a atitude profissional.

As respostas às perguntas abertas reforçam os resultados quantitativos, destacando a formação como o principal desafio e, simultaneamente, como a solução mais apontada pelos auditores. A palavra “*training*” foi a mais recorrente nas respostas, evidenciando a necessidade

de capacitação técnica contínua. Os participantes sugerem ainda a prática profissional, a partilha de conhecimento e a integração das IFRS nos currículos académicos como estratégias fundamentais para ultrapassar os obstáculos identificados.

Esta valorização da formação contínua e da competência técnica dos auditores é igualmente destacada por Khlif e Achek (2016), que realizaram uma revisão da literatura sobre o impacto da adoção das IFRS na auditoria. Os autores analisaram 26 estudos empíricos e concluíram que a implementação das IFRS está associada a um aumento dos honorários de auditoria, maior tempo de emissão dos relatórios e uma preferência por auditores com maior reputação e experiência, como os das *Big 4*. Estes resultados sugerem que a complexidade técnica das IFRS exige profissionais altamente qualificados, reforçando a ideia de que a formação e o conhecimento especializado são determinantes para assegurar a conformidade com o normativo internacional.

Além disso, o estudo evidencia que a qualidade da auditoria desempenha um papel central na aplicação eficaz das IFRS, sendo os auditores mais experientes os que garantem maior rigor na verificação dos critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação. Tal como observado no estudo de Elhaj e Soliman (2023), a adoção das IFRS não depende apenas da existência de normas claras, mas também da capacidade dos profissionais em interpretá-las e aplicá-las corretamente. A convergência entre os dois estudos reforça a importância de investir na capacitação técnica dos auditores e na criação de condições institucionais que favoreçam uma aplicação consistente e exigente das normas internacionais de contabilidade.

Munhoz et al. (2014) analisaram impacto da adoção obrigatória das IFRS nos honorários de auditoria em empresas brasileiras listadas na Bovespa e os seus resultados corroboram as conclusões de Elhaj e Soliman (2023) e Khlif e Achek (2016). Tal como nos estudos anteriores, os autores evidenciam que a transição para o normativo internacional implicou um aumento significativo da complexidade técnica dos trabalhos de auditoria, refletido num acréscimo médio de 20,71% nos honorários pagos às firmas auditoras. Este aumento é atribuído ao esforço adicional necessário para validar demonstrações financeiras mais exigentes em termos de reconhecimento, mensuração e divulgação, reforçando a ideia de que a adoção das IFRS exige auditores mais qualificados, maior tempo de análise e uma adaptação contínua aos novos requisitos normativos.

Complementarmente, Nurunnabi (2017) recolheu e analisou percepções dos auditores sobre a implementação das IFRS num país em desenvolvimento, recorrendo a três rondas de entrevistas semiestruturadas a 75 auditores do Bangladesh. Os resultados descrevem um conjunto de obstáculos estruturais que dificultam a adoção eficaz das normas internacionais, nomeadamente os baixos honorários de auditoria, a escassez de contabilistas qualificados, o desinteresse dos gestores, a cultura de sigilo e a predominância de empresas familiares com fraca governação. Estes fatores revelam um ambiente institucional pouco propício à conformidade normativa, onde a fiscalização é limitada e a aplicação das IFRS se torna, muitas vezes, simbólica.

Apesar das diferenças contextuais, os resultados de Nurunnabi (2017) oferecem pistas relevantes para compreender os desafios enfrentados pelos auditores em ambientes onde a adoção das IFRS não é acompanhada por uma fiscalização eficaz. Sem essa exigência por parte dos reguladores e dos utilizadores da informação financeira, o estudo demonstra que as empresas não têm incentivo em aplicar corretamente as normas internacionais.

Os estudos neste subcapítulo convergem na identificação da IFRS como um normativo exigente, cuja adoção implica desafios técnicos e operacionais significativos também para os auditores. A complexidade dos critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação, aliada à necessidade de formação contínua e ao esforço adicional exigido na validação da informação financeira, reforça o papel central da auditoria na aplicação eficaz das IFRS. Embora o contexto institucional varie entre países, os resultados evidenciam que a qualidade da auditoria e a capacitação dos profissionais são fatores determinantes para garantir a conformidade e a utilidade da informação financeira produzida sob o normativo internacional.

A análise da percepção dos auditores permite alargar o enquadramento teórico da IFRS 16, ao incorporar a visão dos profissionais responsáveis pela validação externa da informação financeira. Esta perspetiva complementa a dos preparadores, oferecendo uma leitura mais crítica e equilibrada sobre os desafios práticos da norma. A triangulação entre os dois grupos, diretores financeiros e auditores, reforça a robustez metodológica do estudo, ao permitir confrontar experiências internas com observações independentes, identificar convergências e divergências e aprofundar a compreensão dos fatores que condicionam a aplicação da IFRS 16 no contexto empresarial português.

3. Questões de investigação

A formulação das questões de investigação constitui um dos pilares fundamentais de qualquer estudo científico, sendo responsável por orientar a recolha de dados e a análise e interpretação dos resultados. Segundo Saunders et al. (2024), uma boa questão de investigação deve ser clara, tratável, relevante e alinhada com os objetivos do estudo e com a revisão da literatura. Deve ainda ser exequível dentro dos limites temporais e de recursos disponíveis, e contribuir para a resolução de um problema concreto ou para o avanço do conhecimento numa determinada área.

Bryman (2012) acrescenta que a construção das questões deve assentar numa compreensão sólida do tema, informada pela literatura existente e pela experiência empírica, permitindo ao investigador delimitar um problema específico e explorá-lo de forma mais aprofundada. No caso da investigação qualitativa, como é o presente estudo, Bryman (2012) destaca a importância de questões abertas, que permitam captar a complexidade dos fenómenos e a diversidade das experiências dos participantes.

Neste estudo, optou-se por uma abordagem qualitativa e descritiva, centrada na recolha de perceções e experiências de profissionais diretamente envolvidos na aplicação da IFRS 16, nomeadamente diretores financeiros e auditores. A definição das questões de investigação decorre da análise teórica desenvolvida nos capítulos anteriores, procurando aprofundar os principais desafios práticos associados à adoção da norma. Assim, as questões de investigação formuladas são as seguintes:

Q1. Quais os principais desafios práticos enfrentados pelas empresas portuguesas na adoção da IFRS 16?

A literatura tem vindo a destacar diversas dificuldades na implementação da IFRS 16, como a recolha de dados dispersos, a ambiguidade contratual, a subjetividade na definição do prazo contratual e da taxa de desconto, e a distinção entre locações e prestações de serviços (Hjertstedt, 2018; Weaver & Woods, 2015; Ghanawi & Moussa, 2021). Esta questão visa compreender como esses desafios se manifestam no contexto português, a partir da experiência direta dos preparadores da informação financeira.

Q2. De que forma as empresas ajustaram os seus sistemas contabilísticos, processos internos e recursos humanos para dar resposta aos requisitos da IFRS 16?

A adoção da IFRS 16 implicou, em muitos casos, alterações significativas nos sistemas de informação, na estrutura organizacional e na capacitação técnica das equipas (Ghanawi & Moussa, 2021). Esta questão procura identificar as respostas operacionais das empresas portuguesas, distinguindo entre abordagens manuais e automatizadas, e avaliando o impacto da norma na gestão interna e na formação dos colaboradores.

Q3. Que impacto teve a IFRS 16 nos rácios financeiros e na perceção dos stakeholders?

Diversos estudos previsionais e empíricos demonstram que a IFRS 16 tem efeitos relevantes nos rácios financeiros, como o aumento do ativo e do passivo, a melhoria do EBITDA e a diminuição do ROA (Morales-Díaz & Zamora-Ramírez, 2018; Bohusova et al., 2022; Suzuki Tofanelo et al., 2021; Ribeiro et al., 2023). Esta questão pretende avaliar esses impactos na prática, através da perceção dos diretores financeiros, e compreender como os stakeholders interpretam e reagem às alterações introduzidas pela norma.

Q4. Qual a perceção dos auditores relativamente ao grau de conformidade das empresas com a IFRS 16 e aos principais pontos críticos identificados durante os processos de auditoria?

A quarta questão visa compreender como os auditores avaliam a aplicação da IFRS 16 pelas empresas portuguesas, identificando os principais pontos críticos observados durante os processos de auditoria. Embora os auditores estejam tecnicamente preparados para lidar com a norma, a literatura aponta que enfrentam dificuldades decorrentes da falta de formação e da aplicação inconsistente por parte das entidades auditadas (Elhaj & Soliman, 2022; Munhoz et al., 2014). Esta questão permite complementar a perspetiva dos preparadores com uma visão externa e técnica, reforçando a análise da conformidade normativa e dos desafios práticos que persistem na aplicação da IFRS 16.

A definição destas questões permite, assim, estruturar a análise empírica em torno dos principais desafios práticos da IFRS 16, articulando as dificuldades técnicas, operacionais e organizacionais com os impactos financeiros e a perceção dos profissionais envolvidos.

No capítulo seguinte, será apresentada a metodologia adotada para recolher e tratar os dados, detalhando os instrumentos utilizados, os critérios de seleção dos participantes e os procedimentos de análise que sustentam a resposta às questões formuladas.

4. Metodologia

4.1. Recolha de dados

Patton (1990) cita Albert Einstein para defender a utilização de métodos qualitativos: “*Not everything that can be counted counts, and not everything that counts can be counted*”, significando que nem todas as questões podem ou devem ser respondidas com valores e números. Muitas vezes os relatos qualitativos têm um valor para a investigação igual ou superior a um conjunto de estatísticas recolhidas. O autor refere ainda que os testemunhos pessoais podem ser fundamentais para complementar as informações recolhidas por questionários com perguntas fechadas, providenciando mais profundidade, detalhe e significado à investigação.

Ao longo dos anos, a metodologia qualitativa foi-se consolidando na literatura, estando hoje presente em inúmeras investigações das mais variadas áreas, incluindo a área financeira e contabilística. Exemplo disso são os estudos de Nurunnabi (2017) e de Albu et al. (2014). Ambos os estudos demonstram como os métodos qualitativos, nomeadamente as entrevistas, permitem captar, com maior profundidade, as perceções, desafios e adaptações contextuais enfrentadas pelos profissionais envolvidos na implementação das IFRS. Deste modo, para responder às questões de investigação deste estudo, será adotada uma abordagem qualitativa, com o intuito de recolher testemunhos que dificilmente poderiam ser obtidos através de métodos exclusivamente quantitativos.

Para assegurar uma recolha de dados mais completa, serão utilizadas duas metodologias: entrevistas semiestruturadas e questionários maioritariamente compostos por perguntas fechadas. As entrevistas serão dirigidas a diretores financeiros de empresas que adotem as normas internacionais de relato financeiro e que tenham passado pela fase de transição entre a IAS 17 e a IFRS 16. A natureza desta abordagem permite que exista um guião orientador da entrevista, mas também oportunidade para o entrevistado introduzir outros tópicos que ache relevante para a investigação, proporcionando uma recolha de dados mais completa e abrangente.

Por sua vez, os questionários terão como destinatários profissionais da área de auditoria, mais concretamente indivíduos com o cargo de *manager* de auditoria, equivalente ou superior, com experiência na auditoria de empresas que adotaram a IFRS 16. Este questionário procurará captar a perceção dos auditores quanto ao nível de preparação das

empresas, às principais dificuldades detetadas durante os processos de auditoria, e ao grau de cumprimento dos requisitos de divulgação previstos na norma.

Estes questionários direcionados a profissionais na área da auditoria financeira serão bastante valiosos no sentido de complementar os dados recolhidos através das entrevistas. Por um lado, permitem obter uma perspetiva externa e independente, uma vez que os auditores avaliam a aplicação da norma em várias empresas e comparam as diferentes abordagens utilizadas. Por outro lado, permitem validar, de certa forma, as respostas obtidas nas entrevistas, reforçando a credibilidade das conclusões da investigação.

4.2. Tratamento dos dados

Os dados obtidos através das entrevistas serão sujeitos a uma análise de conteúdo, realizada manualmente, com o objetivo de identificar temas, categorias e padrões recorrentes. Esta análise permitirá interpretar, de forma estruturada, as experiências partilhadas pelos participantes, sem perder a riqueza contextual de cada testemunho. No que diz respeito aos dados recolhidos através dos questionários, será efetuada uma análise descritiva de modo a sintetizar as tendências observadas nas respostas dos auditores.

Embora a investigação tenha uma base eminentemente qualitativa, a integração de dados provenientes dos questionários possibilita um enquadramento mais abrangente e reforça a validade das conclusões a retirar.

Por fim, os resultados obtidos nas entrevistas e nos questionários serão comparados com os principais aspetos identificados na revisão da literatura, permitindo avaliar em que medida as perceções recolhidas junto dos profissionais coincidem, complementam ou divergem da evidência já existente. Esta comparação contribuirá para uma melhor compreensão da realidade prática das empresas portuguesas face à IFRS 16, identificando eventuais lacunas, convergências ou aspetos ainda pouco explorados na investigação académica.

5. Tratamento de dados e discussão dos resultados

Este capítulo apresenta a análise e discussão dos resultados do estudo relativos à aplicação da IFRS 16, antecedidas pela caracterização das amostras. Dado que foram recolhidos dados junto de dois grupos de inquiridos, diretores financeiros e auditores, a exposição organiza-se em duas partes: primeiramente a caracterização e análise das entrevistas aos diretores financeiros e, posteriormente, a caracterização e análise do questionário aos auditores.

Dado o foco do estudo no processo de implementação da IFRS 16 pelo lado do preparador, a análise inicia-se pelas entrevistas aos diretores financeiros. Os resultados do questionário aos auditores são subsequentemente mobilizados como base de triangulação e validação externa, permitindo confirmar padrões e evidenciar divergências.

5.1. Entrevistas aos diretores financeiros

Nesta secção será apresentada a evidência recolhida junto de diretores financeiros através de entrevistas semiestruturadas, concebidas para captar, do lado do preparador da informação, os principais desafios e decisões subjacentes à transição e aplicação da IAS 17 para a IFRS 16.

Para contactar potenciais entrevistados, foi utilizada a plataforma LinkedIn, através da qual foram enviados 65 pedidos, resultando em 10 entrevistas. As entrevistas foram gravadas e transcritas, com a permissão dos entrevistados, para serem posteriormente analisadas e os dados comparados com a revisão da literatura e o questionário aos auditores.

A seleção dos entrevistados incidiu em diretores financeiros de empresas que realizam o reporte financeiro no normativo internacional e que vivenciaram especificamente a transição da IAS 17 para a IFRS 16. O objetivo desta seleção prende-se com diversos fatores: primeiramente, são eles os principais responsáveis pela definição de políticas contabilísticas e pela condução do processo de implementação da IFRS 16, assegurando a articulação das equipas envolvidas; consequentemente, detêm conhecimento direto sobre a identificação e mensuração dos contratos de locação e respetivas modificações; acompanham os impactos da norma em sistemas, processos, rácios e *covenants*, bem como na interação com auditores e *stakeholders*; por fim, pela experiência acumulada na área financeira, dispõem de uma visão holística do processo, conhecendo de forma abrangente as decisões tomadas e os constrangimentos enfrentados.

Para efeitos de ilustração prática e aprofundamento da análise, foi incluída no Apêndice 3 a transcrição integral da entrevista ao CFO 1. Esta entrevista foi selecionada por se revelar a mais completa e representativa, abordando com detalhe todas as dimensões exploradas no guião, desde os desafios técnicos e operacionais até às implicações financeiras e organizacionais da adoção da IFRS 16. A sua inclusão permite ao leitor aceder diretamente ao testemunho original, facilitando a compreensão dos julgamentos profissionais envolvidos e das soluções adotadas pela empresa. As restantes entrevistas foram analisadas de forma sistemática e comparativa ao longo do capítulo, mas não foram transcritas integralmente por razões de concisão e relevância.

Composição da entrevista aos diretores financeiros

O guião de entrevista dirigido aos diretores financeiros, presente no apêndice 1, foi concebido para recolher evidência qualitativa aprofundada sobre o processo de transição da IAS 17 para a IFRS 16, assegurando o alinhamento com as questões de investigação e com o questionário aplicado aos auditores.

A primeira parte da entrevista tem por objetivo recolher dados de enquadramento do entrevistado e da respetiva empresa, que servirão de base à caracterização da amostra, análise que será desenvolvida no subcapítulo seguinte. Relativamente à empresa, é essencial obter informação sobre a sua dimensão, localização geográfica e setor de atividade, dado que os efeitos em análise podem variar em função destas características, permitindo identificar padrões nas respostas obtidas.

Por sua vez, a segunda parte da entrevista consiste em obter informações sobre o processo de transição e sobre as dificuldades e desafios práticos encontrados pelas empresas aquando da transição para a nova norma. Esta parte encontra-se dividida em seis secções, sendo elas: processo de transição da IAS 17 para a IFRS 16, desafios e dificuldades enfrentadas, impacto nos sistemas e processos internos, impacto financeiro e económico, perceção geral e opinião, considerações finais.

A primeira secção tem como objetivo perceber, de forma geral, o processo de transição da IAS 17 para a IFRS 16, identificando o método adotado (tema já tratado no capítulo 2.1.3), o planeamento e as principais etapas. Pretende-se, em particular, apurar se existiu um planeamento prévio e quando se iniciou (atempadamente ou já próximo da entrada em vigor) e se a fase inicial assentou sobretudo em procedimentos manuais ou, alternativamente, em

soluções informáticas dedicadas, sendo estes alguns elementos que a literatura identifica como determinantes do risco operacional nos anos de transição.

Na segunda secção, os entrevistados foram questionados sobre os desafios e dificuldades enfrentadas no processo de transição, nomeadamente a identificação de todos os contratos que se qualificam como locações nos termos da nova norma, a avaliação dos ativos de direito de uso e das respetivas responsabilidades, e a definição da taxa de desconto, aspetos que a literatura aponta como cruciais, dada a sua subjetividade.

A terceira secção foca-se no impacto nos sistemas e processos internos, com o propósito de identificar o “custo processual” e o grau de institucionalização de novas rotinas operacionais. As questões formuladas visam compreender se a mudança exigiu reforço de recursos humanos ou reconfiguração de responsabilidades, se afetou os prazos e a periodicidade do fecho de contas e do reporte financeiro, se implicou iniciativas de formação técnica e operacional dos colaboradores e se motivou ajustamentos nos sistemas de informação.

A quarta secção interroga os entrevistados sobre os efeitos económico-financeiros e a perceção dos *stakeholders*. Ao pedir que se explicita o impacto no EBITDA, endividamento e solvabilidade, e a leitura que bancos, investidores e auditores fizeram dessas alterações, as perguntas procuram aferir a coerência entre a intenção dos reguladores (trazer para o balanço obrigações antes fora de balanço) e o retrato efetivo apresentado. Além disso, pretende-se também perceber se existiram dificuldades de divulgação, nomeadamente relativas à necessidade de explicitar critérios de desconto, vidas úteis e segregações das componentes do contrato.

A quinta secção, perceção geral e opinião, foi concebida para recolher uma apreciação crítica sobre se os benefícios em transparência e comparabilidade compensaram os custos de implementação e manutenção. O objetivo subjacente é capturar o balanço entre a utilidade informativa e a onerosidade organizacional, bem como recolher propostas de aperfeiçoamento normativo que emergem do terreno.

Por fim, foi incluída uma secção de considerações finais, dando oportunidade ao entrevistado de abordar temas e desafios que não tenham surgido no decorrer da entrevista, permitindo a clarificação de aspetos pertinentes e a captação de contributos espontâneos e recomendações que complementem a evidência recolhida.

5.1.1. Caracterização da amostra

Antes de avançar para a análise dos resultados, é importante conhecer as principais características dos inquiridos e respetivas empresas que compõem a amostra.

Tabela 1 - Caracterização da amostra dos diretores financeiros

Caracterização da Amostra da Entrevista	Número de Pessoas	%
Indique a sua idade:		
36 - 45 anos	5	50%
46 - 55 anos	3	30%
>55 anos	2	20%
Indique o seu género:		
Feminino	2	20%
Masculino	8	80%
Indique a sua formação académica:		
Licenciatura	7	70%
Mestrado	3	30%
Indique a sua área de formação:		
Contabilidade	1	10%
Economia	5	50%
Gestão	4	40%
Quantos anos de experiência profissional tem na área?		
>20 anos	6	60%
11 - 20 anos	4	40%
Há quantos anos ocupa o cargo de Diretor Financeiro?		
<5 anos	2	20%
5 - 10 anos	7	70%
11 - 20 anos	1	20%
Indique o tipo de empresa:		
Grande Empresa	6	60%
Pequena ou Média Empresa	4	40%
Indique a localização geográfica da sede da sua empresa:		
Lisboa	3	30%
Norte	4	40%
Porto	3	30%
Indique o setor de atividade da sua empresa:		
Agrícola, Silvícola ou Pecuária	1	10%
Desporto e entretenimento	1	10%
Industrial	5	50%
Retalho	1	10%
Serviços	2	20%

A amostra dos diretores financeiros é composta por 10 indivíduos, dos quais 8 são do género masculino (80%) e 2 do género feminino (20%), revelando uma predominância de participantes do sexo masculino. Em termos etários, a maioria situa-se na faixa dos 36 a 45 anos (5 participantes; 50%), seguida pelos 46 a 55 anos (3; 30%), sendo que apenas 2 diretores financeiros têm mais de 55 anos (20%).

No que respeita à formação académica, 7 participantes possuem licenciatura (70%) e 3 possuem mestrado (30%). Relativamente à área de formação, verifica-se uma predominância da área de Economia (5; 50%), seguida de Gestão (4; 40%) e, em menor expressão, Contabilidade (1; 10%).

Quanto à experiência profissional, 6 indivíduos exercem funções na área há mais de 20 anos (60%) e 4 entre 11 e 20 anos (40%), evidenciando uma amostra globalmente experiente. Em relação ao tempo de exercício no cargo de diretor financeiro, 7 participantes encontram-se na função entre 5 e 10 anos (70%), 2 há menos de 5 anos (20%) e apenas 1 entre 11 e 20 anos (10%).

No que se refere ao tipo de empresa, predominam as grandes empresas (6; 60%), embora uma proporção significativa exerça funções em pequenas e médias empresas (4; 40%). Esta distinção é relevante, uma vez que a adoção da IFRS 16 pode assumir maior complexidade em grandes empresas, que frequentemente gerem portfólios extensos de contratos de locação e apresentam maior exposição a normativos internacionais. Já nas PME (Pequenas e Médias Empresas), a aplicação da norma tende a estar mais ligada à proporcionalidade e aos constrangimentos de recursos internos, o que pode influenciar a forma como percecionam os custos e benefícios da implementação.

Relativamente à localização geográfica da sede das empresas, observa-se uma distribuição equilibrada entre a região Norte (4; 40%), Porto (3; 30%) e Lisboa (3; 30%). Este equilíbrio regional é importante, uma vez que permite captar diferentes contextos empresariais: Lisboa, como centro financeiro e sede de multinacionais, tende a concentrar empresas com maior exposição a práticas internacionais; o Porto representa um polo económico relevante e diversificado; o resto da região Norte integra uma forte componente industrial exportadora. Esta diversidade regional reforça a robustez da amostra e a possibilidade de captar diferentes práticas e desafios na aplicação da norma.

Por fim, relativamente ao setor de atividade, verifica-se uma forte representação do setor industrial (5; 50%), seguido pelos serviços (2; 20%). Outros setores encontram-se

representados por apenas um participante cada: agrícola, silvícola ou pecuário (10%), retalho (10%) e desporto e entretenimento (10%). A distribuição setorial é particularmente relevante, dado que o impacto da IFRS 16 varia em função da intensidade do uso de contratos de locação. Por exemplo, no setor industrial, os contratos de *leasing* de equipamentos e instalações são mais frequentes, o que pode acentuar o efeito da norma. Já no retalho, as locações de espaços comerciais assumem relevância significativa. Assim, a diversidade de setores representados contribui para enriquecer a análise, permitindo observar a aplicação da IFRS 16 em contextos operacionais distintos.

Esta caracterização evidencia uma amostra diversificada em termos setoriais e de localização geográfica, mas marcada pela predominância de diretores financeiros com formação na área financeira e com elevada experiência profissional, o que potencia a relevância das perceções recolhidas no âmbito do presente estudo.

5.1.2. Análise e discussão dos resultados

Estas perceções serão agora analisadas, dividindo a exposição pelas secções do guião da entrevista, o que permite uma leitura estruturada dos resultados e facilita a articulação com os objetivos da investigação e com os contributos da literatura.

1. Processo de transição da IAS 17 para a IFRS 16

A primeira secção da entrevista teve como objetivo perceber o panorama geral do processo de transição levado a cabo pelas empresas dos entrevistados. As respostas revelaram-se divididas: a maior parte dos diretores financeiros das pequenas e médias empresas afirmou ter sido um processo suave e sem grande impacto, enquanto que nas grandes empresas esse processo foi mais demorado e complexo, nomeadamente devido a fatores como a determinação dos critérios de enquadramento na IFRS 16, a identificação dos contratos e das taxas de desconto respetivas e a migração dos dados dos mesmos para um sistema informático próprio, aspetos que serão abordados mais adiante.

No que respeita ao planeamento, as respostas variaram no mesmo sentido consoante o tamanho da empresa. A maioria dos diretores financeiros das grandes empresas afirmou ter existido um planeamento, apesar de ter começado tardiamente: “Começámos só em 2018, porque a norma entrava em vigor em 2019, e como é costume, foi tudo feito à portuguesa, à última da hora” (CFO 1). Estes resultados estão em consonância com os resultados dos

estudos de Hoogendoorn (2006), Jermakowicz e Gornik-Tomaszewski (2006) e Ghanawi e Moussa (2021), que apontam para uma clara subestimação da complexidade da norma e falta de planeamento por parte das empresas. Quanto às pequenas empresas, verificou-se que na maioria dos casos não existiu um planeamento específico: “Não houve qualquer planeamento prévio para a adoção da IFRS 16; a empresa limitou-se a recorrer a um consultor externo para lidar com os requisitos da norma” (CFO 7).

Os principais passos seguidos pelas empresas na transição para a IFRS 16 revelaram-se bastante consistentes entre os entrevistados: levantamento e análise dos contratos de arrendamento existentes, determinação dos critérios de enquadramento na IFRS 16, definição das taxas de desconto, cálculo dos impactos financeiros e uma monitorização contínua após as fases iniciais, especialmente em contratos com alterações frequentes ou rendas variáveis. Relativamente ao método de transição adotado, apenas uma empresa optou pelo método retrospectivo integral, enquanto as restantes adotaram o método retrospectivo modificado, sobretudo pela sua maior simplicidade e menor exigência administrativa, uma escolha que está alinhada com a evidência empírica apresentada na literatura, como no estudo de Arnold et al. (2020).

As secções 2 e 3 da entrevista, que serão analisadas a seguir, são as mais relevantes para este estudo, uma vez que abordam diretamente os principais desafios enfrentados pelas empresas na adoção da IFRS 16. Com base nas respostas recolhidas, esses desafios podem ser agrupados em cinco grandes categorias: identificação e enquadramento dos contratos; mensuração e contabilização; sistemas e processos internos; adaptação do capital humano; aplicação contínua e acompanhamento. As primeiras duas categorias serão analisadas na secção 2, sendo as restantes analisadas na secção 3.

2. Desafios e dificuldades enfrentadas

O primeiro obstáculo com que as empresas se depararam foi a identificação e enquadramento no âmbito da norma de todos os contratos, processos dificultados sobretudo pela descentralização da informação, pela ambiguidade dos contratos, pela sua variedade e complexidade e pela subjetividade da norma. Esta dificuldade é também destacada por Mentosa (2023), que identificou a ambiguidade contratual e a diversidade de cláusulas como fatores críticos na identificação dos contratos abrangidos, especialmente em empresas com estruturas contratuais complexas.

Para analisar os contratos e determinar se se enquadram no âmbito da norma, é necessário primeiro recolher todos os dados referentes aos mesmos, o que nem sempre é fácil, principalmente nas empresas de grande dimensão, como relata o CFO 9: “Os contratos de locação são realizados de forma descentralizada, ou seja, são realizados por uma grande diversidade de equipas, o que dificulta a identificação dos contratos e a recolha da informação necessária. Diria, mesmo, que este ponto foi uma das maiores dificuldades que tivemos”. Após esta recolha, é necessário fazer então o enquadramento na norma, ou seja, perceber se cada contrato entra ou não no âmbito da IFRS 16 para ser considerado como direito de uso, o que se revelou uma tarefa exigente. Muitos dos contratos apresentavam alguma ambiguidade, não possuindo cláusulas claras sobre o direito de uso ou duração e muitos tinham renovações automáticas ou sem prazo definido, exigindo um elevado grau de julgamento.

Além disso, as empresas deparam-se também com uma grande variedade de contratos, com bastante complexidade. Muitos continham rendas variáveis, ajustadas por volume, tempo ou ocupação, o que dificultava a sua classificação como locação, existindo também dificuldade em distinguir entre locação de ativos e prestação de serviços, especialmente em contratos mistos. Este foi um dos pontos abordado por Hjertstedt (2018), que destaca que os contratos com rendas variáveis ou com componentes de serviço dificultam a aplicação da norma, exigindo uma análise detalhada e, muitas vezes, negociações com fornecedores para obter a informação necessária à correta contabilização.

Como refere o CFO 1, “um dos exemplos mais complicados foi o dos contratos de armazéns. Nós temos contratos para utilização de espaço, mas o valor que pagamos depende do volume de cereais ou produtos que lá armazenamos, e até da duração da ocupação. Pode variar ao dia, à hora. Então a dúvida era: isso é uma locação ou é um serviço? A norma diz que, para ser locação, tem de haver direito de uso de um ativo identificado. Mas neste caso, o espaço não está sempre reservado para nós, e o valor pago varia consoante a utilização”. Face a esta complexidade e ambiguidade contratual, alguns diretores financeiros sentiram a necessidade de recorrer ao apoio de consultores e auditores externos, de forma a garantir uma interpretação consistente com os critérios definidos pela IFRS 16: “tivemos de discutir isto com consultores e auditores, e acabámos por concluir que, em muitos destes casos, não havia locação, era prestação de serviços. Mas foi preciso analisar contrato a contrato, porque há situações em que o espaço está efetivamente reservado, e aí já pode ser considerado locação. Tivemos contratos de arrendamento em que o valor da renda mudava ao longo do

tempo: por exemplo, começava com 1.500€, depois passava para 2.000€, e mais tarde podia até descer para 1.000€. Isso complicava bastante o cálculo do valor do ativo e da depreciação, porque a norma exige que a depreciação seja constante, mas o valor pago não é. Tivemos de encontrar formas de ajustar isso e garantir que o total das depreciações e juros ao longo do contrato batia certo com o valor total das rendas”. O mesmo CFO acrescenta que o desafio não residia tanto no número elevado de contratos, mas sim na diversidade dos mesmos, o que exigia múltiplos julgamentos: “Se fossem muitos contratos, mas todos iguais, seria apenas mais trabalho administrativo. O problema foi a quantidade de contratos diferentes, cada um com características próprias.”

A aplicação da norma foi também dificultada pela sua elevada subjetividade, uma vez que exige interpretação e julgamento para determinar se há controlo sobre o ativo, agravada pela escassez de exemplos práticos que orientem uma aplicação consistente. Esta perceção é corroborada por Ghanawi e Moussa (2021), que identificaram a falta de clareza e de exemplos práticos como uma das principais limitações da IFRS 16. Também Weaver e Woods (2015) destacam que a ausência de orientações detalhadas dificulta a aplicação consistente da norma, especialmente em contratos com características híbridas.

Após a identificação e enquadramento dos contratos, o passo seguinte é a sua mensuração e contabilização, que inclui definir a vida útil dos ativos de direito de uso e determinar as taxas de desconto. Como foi referido anteriormente, a IFRS 16 exige que o prazo da locação seja determinado em dois passos: primeiro, identifica-se o período executável; depois, ajusta-se esse período pelas opções de extensão ou terminação que a entidade esteja razoavelmente certa de exercer [IFRS 16.18 a 21]. No entanto, este processo exige um nível significativo de julgamento profissional, tendo os entrevistados relatado algumas dificuldades neste sentido, já que “Muitos contratos não tinham um prazo claro, ou renovavam-se automaticamente, como os de aluguer de quintas ou escritórios. Tivemos de decidir se considerávamos só o prazo inicial ou se incluíamos as renovações, e isso exigiu muito julgamento” (CFO 1). Também o CFO 10 referiu dificuldades semelhantes, nomeadamente em contratos com duração anual que se renovam automaticamente, caso nenhuma das partes se oponha, o que torna complexa a determinação do prazo contratual. Morales-Díaz e Zamora-Ramírez (2018) reforçam que a definição da taxa de desconto e do prazo contratual são áreas de elevado julgamento, com impacto direto na mensuração dos ativos e passivos.

3. Impacto nos sistemas e processos internos

A transição para a IFRS 16 não se limitou à análise contratual e contabilização, tendo também implicado alterações substanciais nos sistemas e processos internos das organizações. Este impacto revelou-se particularmente dependente da dimensão da empresa. Relativamente aos entrevistados, os representantes de empresas de menor dimensão indicaram que recorreram a soluções mais simples e manuais, como refere o CFO 7: “O cálculo é efetuado em Excel, de forma manual. Não foi implementado qualquer sistema específico para tratar os requisitos da IFRS 16, pelo que todo o processo, desde a recolha dos dados até à contabilização, é feito através de folhas de cálculo.”

Por outro lado, nas empresas de maior dimensão, a maioria dos entrevistados relatou que o processo de transição foi mais complexo, exigindo alterações nos sistemas internos. O CFO 9 referiu que “foi necessário desenvolver um módulo específico em SAP (*Systems, Applications and Products in Data Processing*), já que o sistema padrão não estava preparado para lidar com os requisitos da IFRS 16, como a contabilização dos ativos de direito de uso, o cálculo das depreciações e juros e a gestão de modificações contratuais. Trabalhámos com a equipa de informática e consultores externos para criar uma solução que automatizasse o processo e assegurasse conformidade com a norma.” Noutras empresas, como a do CFO 1, o processo começou por ser gerido em Excel, tendo sido posteriormente integrado no ERP (*Enterprise Resource Planning*). Esta evolução dos processos, do Excel para sistemas mais robustos, foi também observada por Hjertstedt (2018), que identificou uma tendência semelhante em empresas com carteiras extensas de contratos, onde a complexidade operacional levou à adoção de soluções tecnológicas mais especializadas. No entanto, “há outras empresas do grupo que ainda hoje continuam a gerir tudo em Excel, porque o ERP que usam é mais fechado, vem de Inglaterra, e não há capacidade técnica para o configurar”, o que leva à duplicação de esforço, já que é necessário verificar mensalmente os dados em ambas as plataformas para garantir que estão alinhados.

A adoção da IFRS 16 exigiu não apenas alterações técnicas e contabilísticas, mas também uma reorganização interna significativa ao nível dos recursos humanos. Embora a maioria dos entrevistados tenha referido que não foi necessário contratar novos colaboradores, houve uma redistribuição de tarefas e uma intensificação do acompanhamento dos processos financeiros. O CFO 1 explica que “não foi necessário envolver mais pessoas. Conseguimos manter as mesmas equipas, mas tivemos de reorganizar

tarefas e otimizar processos noutras áreas para dar resposta ao aumento de trabalho”. Esta reorganização traduziu-se numa maior complexidade nas rotinas de fecho, que passaram a incluir o registo dos ativos, o lançamento das amortizações, o cálculo dos juros e a preparação de notas adicionais nas demonstrações financeiras. Ghanawi e Moussa (2021) também referem que, em muitas organizações, a adoção da norma implicou uma redistribuição de tarefas e um reforço do acompanhamento técnico, mesmo quando não houve contratação de novos recursos, refletindo o impacto transversal da norma nas equipas financeiras.

No que diz respeito à necessidade de formação para os colaboradores, os testemunhos recolhidos revelam diferentes abordagens. Enquanto alguns entrevistados indicaram que a aprendizagem foi feita de forma prática e reativa, à medida que os desafios iam surgindo, outros optaram por iniciativas mais estruturadas. O CFO 1 descreve o processo como um esforço contínuo de autoformação: “Não houve uma formação formal organizada, mas sim um processo de *self-learning* contínuo. Fomos aprendendo à medida que íamos implementando a norma, resolvendo os desafios conforme apareciam”. Já o CFO 10 relata uma abordagem mais sistematizada: “Sim, foi necessária formação adicional para os colaboradores. A IFRS 16 trouxe conceitos novos e exigiu uma abordagem completamente diferente da que estávamos habituados, por isso organizámos várias sessões internas de formação, em colaboração com os nossos auditores e consultores externos.” Estas diferentes estratégias refletem a forma como cada organização procurou responder aos desafios da norma, ajustando os seus métodos de capacitação às necessidades específicas e aos recursos disponíveis. A necessidade de formação adicional foi também destacada por Hoogendoorn (2006) e por Ghanawi e Moussa (2021), que identificaram lacunas significativas na preparação técnica das equipas, especialmente quando o planeamento da transição foi tardio ou insuficiente.

A adoção da IFRS 16 não terminou com a fase inicial de transição. Pelo contrário, os testemunhos recolhidos revelam que a aplicação da norma exige um acompanhamento contínuo e ajustamentos regulares, especialmente em contratos com características dinâmicas. Vários CFOs referiram que continuam a enfrentar desafios na gestão de contratos com extensões automáticas ou alterações frequentes nas condições de arrendamento. Nestes casos, é necessário reavaliar anualmente a vida útil dos ativos, recalcular os juros e ajustar os passivos, o que representa um esforço adicional nas rotinas de fecho. O CFO 1 exemplifica esta realidade: “Temos contratos de arrendamento que se renovam automaticamente todos os anos, como os dos escritórios. Nestes casos, todos os anos temos de fazer uma reavaliação

do ativo, prolongar a vida útil por mais um ano, recalcular os juros e ajustar a dívida. É um processo contínuo e trabalhoso.” Já o CFO 2 reforça que, mesmo em contextos menos complexos, “pela especificidade da norma, exige sempre atenção e revisitar os normativos regularmente. Mesmo em contratos simples, há detalhes que mudam e que obrigam a rever os cálculos e os critérios aplicados.”

Além das extensões, os contratos com rendas variáveis exigem também atenção constante. A norma pressupõe que a depreciação seja calculada de forma linear, mas quando o valor pago varia ao longo do tempo, é necessário ajustar os modelos para garantir que os valores finais estão corretos. Para lidar com esta complexidade, algumas empresas implementaram sistemas automáticos que recalculam os valores com base nas alterações contratuais, embora o controlo manual continue a ser indispensável. O CFO 9 destaca a persistência dos desafios: “Continua a haver dificuldades na identificação de contratos de locação, na recolha da respetiva informação e nos casos de extensão dos prazos. A aplicação da IFRS 16 implica uma alteração significativa do *mindset* relativo às locações, e isso exige acompanhamento constante.”

Estes testemunhos demonstram que, mesmo após a estabilização dos processos, a IFRS 16 continua a exigir uma gestão ativa e rigorosa, com impacto direto na fiabilidade da informação financeira reportada. Esta necessidade de acompanhamento contínuo é igualmente evidenciada nos inquéritos conduzidos pelo EFRAG (2024a, 2024b), que identificaram a gestão de modificações contratuais e a remensuração dos ativos como áreas críticas que continuam a gerar dificuldades mesmo após vários anos de aplicação da norma.

4. Impacto financeiro e económico

A adoção da IFRS 16 teve implicações significativas na estrutura financeira das empresas, com efeitos diretos nos principais rácios e indicadores contabilísticos. A maioria dos entrevistados reconheceu que o impacto foi particularmente visível no aumento do ativo e do passivo, devido ao reconhecimento dos contratos de locação no balanço, e na melhoria do EBITDA, resultante da substituição das rendas por amortizações e juros. O CFO 1 explica esta dualidade: “A primeira reação até foi positiva: pensámos ‘isto é ótimo’, porque melhora imenso o EBITDA. Deixámos de reconhecer rendas como gasto e passámos a ter depreciações, o que nos beneficiava nos rácios operacionais. Mas depois veio o outro lado da moeda: começámos a reconhecer dívida que antes não aparecia nas contas. Isso afetou os

rácios de endividamento e solvabilidade, e foi uma dor de cabeça, especialmente com os bancos.”

Estes testemunhos estão em linha com a literatura académica, que tem vindo a destacar os efeitos da IFRS 16 nos rácios financeiros das empresas. Morales-Díaz e Zamora-Ramírez (2018) demonstraram que a capitalização dos contratos de locação operacionais conduz a um aumento médio de 9,96% no ativo e de 21,4% no passivo, com impacto direto na alavancagem e na rentabilidade dos capitais próprios. Bohusova et al. (2022), focando-se no setor do retalho, concluíram que os ativos e passivos poderiam aumentar até 1,4 vezes, com efeitos relevantes na alavancagem e no ROA. Também Suzuki Tofanelo et al. (2021), no contexto das companhias aéreas brasileiras, e Ribeiro et al. (2023), em empresas europeias e sul-americanas, confirmaram impactos significativos nos rácios financeiros, especialmente em setores com forte dependência de contratos de *leasing*.

Apesar destes efeitos contabilísticos, os entrevistados referiram que os *stakeholders*, em geral, compreenderam que se tratava de uma alteração normativa e não de uma deterioração real da situação financeira. Ainda assim, foi necessário reforçar a comunicação e a transparência nas notas às demonstrações financeiras. O CFO 9 destaca esta preocupação: “Os ativos sob direito de uso assumem um valor significativo, assim como o respetivo passivo por locação. Os efeitos no EBITDA também são significativos. Foi necessário preparar a informação a divulgar com muito cuidado, para garantir que os critérios usados eram claros e compreensíveis.” Já o CFO 4 acrescenta que, no caso da sua empresa, a adoção da IFRS 16 foi bem percecionada pelos mercados internacionais, contribuindo para uma diferenciação positiva face à concorrência: “A ideia de uma empresa do setor primário ter contas em IFRS foi bem percecionada e houve diferenciação face aos concorrentes e melhor entrada no mercado internacional.”

No que respeita ao cumprimento dos requisitos de divulgação, a maioria dos entrevistados indicou que, apesar do esforço adicional, conseguiram apresentar a informação exigida pela norma sem grandes dificuldades. As notas às demonstrações financeiras passaram a incluir detalhes sobre as políticas contabilísticas adotadas, os valores dos ativos e passivos reconhecidos, e os julgamentos relevantes aplicados. O CFO 1 refere que “a transparência foi essencial para manter a confiança. Tivemos de explicar os critérios usados, como as taxas de desconto, as vidas úteis dos contratos, e os critérios de reconhecimento, para garantir que a informação fosse compreendida e comparável.”

5. Percepção geral e opinião

Para além dos impactos contabilísticos e operacionais, a adoção da IFRS 16 suscitou também reflexões mais amplas por parte dos entrevistados sobre os benefícios e limitações da norma. De forma geral, os diretores financeiros reconheceram que a norma contribuiu para uma maior transparência e comparabilidade da informação financeira, ao trazer para o balanço obrigações que anteriormente estavam fora dele. O CFO 1 destaca esta evolução: “Antes, havia contratos de arrendamento com valores significativos que não apareciam em lado nenhum nas contas. Só se via a fatura mensal como gasto, e não havia qualquer indicação da responsabilidade futura associada. Agora, com o reconhecimento dos ativos de direito de uso e das respetivas dívidas, essa informação está visível e quantificada.” Esta percepção é corroborada por diversos estudos, como o de Morales-Díaz & Zamora-Ramírez (2018), que sublinham que a adoção da norma resulta num reforço da fiabilidade e da utilidade da informação financeira. De facto, era este o principal objetivo da IFRS 16, descrito no parágrafo 1 da norma.

Apesar dos benefícios reconhecidos, os entrevistados não deixaram de apontar os custos e exigências associados à implementação da IFRS 16. O CFO 1 considera que “a informação financeira ficou muito mais fiável e transparente”, mas admite que “os custos foram elevados, principalmente em termos de carga de trabalho”. Esta visão é partilhada por outros CFOs, como o CFO 4, que sublinha a importância de explicar bem aos *stakeholders* os efeitos da norma. A literatura também reconhece este equilíbrio entre benefícios e custos, como evidenciado por Hoogendoorn (2006) e Ghanawi & Moussa (2021), que identificam a complexidade técnica e o esforço de adaptação como fatores críticos na adoção da norma.

Quanto a sugestões de melhoria, os entrevistados apontaram sobretudo a necessidade de maior clareza e apoio prático por parte do organismo de normalização. O CFO 1 sugere que “a norma deveria ser mais clara e prática, com mais exemplos concretos”, especialmente em situações comuns como contratos com rendas variáveis ou renovações automáticas. Esta crítica está alinhada com o estudo de Mentosa (2023), que destaca a escassez de orientações operacionais como uma das principais limitações sentidas pelas empresas. A necessidade de reforçar o *guidance* normativo, com casos ilustrativos e critérios objetivos, surge como uma recomendação recorrente para facilitar a aplicação da IFRS 16 em contextos empresariais diversos.

Para além das sugestões de melhoria apontadas pelos entrevistados, importa reforçar que o próprio organismo de normalização reconheceu a existência de limitações na IFRS 16 e iniciou, em 2024, o processo de revisão da norma através de um PIR, como foi referido anteriormente, visando recolher evidência empírica sobre os principais pontos críticos identificados pelas entidades que aplicam a norma. A menção a estas iniciativas reforça a pertinência das preocupações expressas pelos diretores financeiros e evidencia que os desafios enfrentados pelas empresas portuguesas não são isolados, mas sim transversais à aplicação da norma a nível internacional.

6. Considerações finais

Para além dos desafios técnicos, operacionais e contabilísticos, a adoção da IFRS 16 revelou-se uma experiência marcante para as empresas portuguesas, exigindo não só ajustamentos internos, mas também uma reflexão estratégica sobre o impacto da norma na forma como a informação financeira é preparada, apresentada e interpretada. Os testemunhos recolhidos mostram que, apesar das dificuldades iniciais, as organizações conseguiram adaptar-se progressivamente, desenvolvendo soluções práticas e ajustando os seus processos à nova realidade normativa.

Vários CFOs deixaram recomendações para empresas que ainda venham a adotar a IFRS 16, destacando a importância de um planeamento atempado e de uma abordagem estruturada. “O principal conselho que daria é: comecem o planeamento o mais cedo possível. A norma exige muito trabalho, especialmente na fase inicial, e quanto mais tempo tiverem para preparar, melhor” (CFO 1). Já o CFO 7 reforça a necessidade de envolver as equipas certas e preparar a informação com antecedência: “Fazer um apanhado de todos os contratos que têm, analisar os mesmos, formação à equipa que vai adotar a IFRS 16, envolver consultores externos, preparar com antecedência a informação necessária para as divulgações nas demonstrações financeiras.”

Por fim, os testemunhos recolhidos evidenciam que, apesar de a norma continuar a exigir acompanhamento e ajustamentos regulares, a sua aplicação trouxe ganhos relevantes em termos de transparência, consistência e comparabilidade da informação financeira. A IFRS 16 não é apenas uma mudança técnica, mas sim uma transformação na forma como as empresas representam os seus compromissos e comunicam com os *stakeholders*. A experiência das empresas portuguesas mostra que, com esforço e adaptação, é possível ultrapassar os

desafios e retirar valor da aplicação da norma, contribuindo para uma maior robustez e credibilidade do relato financeiro.

A análise às entrevistas realizadas permitiu compreender, de forma qualitativa e aprofundada, os principais desafios enfrentados pelas empresas portuguesas na adoção da IFRS 16, com base nos testemunhos diretos dos diretores financeiros entrevistados. Desde o processo de transição inicial até ao impacto financeiro e organizacional da norma, foi possível identificar padrões relevantes, nomeadamente a maior complexidade sentida pelas grandes empresas, a diversidade de abordagens adotadas e a persistência de dificuldades operacionais mesmo após a fase de implementação.

Análise consoante a dimensão da empresa

Com o objetivo de complementar esta análise qualitativa e reforçar os padrões identificados, apresenta-se de seguida uma tabela resumo que sistematiza as respostas dos CFOs às principais questões do questionário. Esta tabela permite uma leitura comparativa entre grandes empresas e PME, evidenciando, de forma quantitativa, o grau de dificuldade percebido em diferentes áreas da implementação da norma. Ao incluir a média de respostas afirmativas e negativas por grupo, bem como as respetivas percentagens, a tabela oferece uma perspetiva agregada que aprofunda a compreensão das diferenças entre as duas dimensões empresariais.

Tabela 2 - Frequência de resposta consoante a dimensão da empresa

Código Questão	Questão	Emp. Grande		PME	
		Sim	Não	Sim	Não
2a	Dificuldade na identificação dos contratos	4	2	1	3
2b	Dificuldade na avaliação dos ativos de direito de uso	3	3	2	2
2d	Dificuldade na aplicação da norma após alguns anos	5	1	2	2
3a	Necessidade de adaptação dos sistemas de informação	5	1	0	4
3b	Necessidade do envolvimento de mais colaboradores ou equipas	3	3	1	3
3c	Aumento no tempo necessário para o fecho e reporte financeiro	2	4	2	2
3d	Necessidade de formação adicional para os colaboradores	4	2	2	2
4a	Existiu impacto significativo nos principais rácios financeiros	4	2	3	1
4c	Desafios no cumprimento dos requisitos de divulgação	3	3	0	4
5a	A IFRS 16 melhorou a transparência e comparabilidade da informação financeira	5	1	4	0
5b	Os benefícios da IFRS 16 compensam os custos e esforços de implementação	3	3	4	0
Média (%)		3.73	2.27	1.91	2.09

Os resultados revelam que as grandes empresas foram, em média, as que reportaram mais dificuldades na adoção da IFRS 16. Em concreto, 4 em cada 6 CFOs de grandes empresas, em média, indicam a existência de desafios, enquanto nas PME esse número é de 2 em cada 4. Por outro lado, as PME apresentam uma distribuição mais equilibrada entre respostas afirmativas e negativas, com uma ligeira predominância de respostas “Não” (2 em cada 4), sugerindo uma experiência de adoção menos problemática.

Esta diferença pode ser explicada por diversos fatores estruturais e operacionais. Em primeiro lugar, as grandes empresas tendem a apresentar uma maior complexidade organizacional, com um número mais elevado e diversificado de contratos de arrendamento, frequentemente com cláusulas específicas, rendas variáveis, opções de extensão e contratos internacionais. Esta diversidade aumenta significativamente a dificuldade na identificação, mensuração e contabilização dos contratos ao abrigo da IFRS 16. Em segundo lugar, a necessidade de adaptação dos sistemas de informação e dos ERPs é mais crítica em grandes organizações, onde a automatização, o controlo interno e a rastreabilidade dos dados são mais exigentes. Além disso, estas empresas estão muitas vezes sujeitas a maior escrutínio por parte de *stakeholders*, reguladores e auditores, o que leva a uma aplicação mais rigorosa e detalhada da norma, o que aumenta o esforço necessário para garantir a conformidade com a norma.

Em contraste, as PME, apesar de disporem de menos recursos técnicos e humanos, beneficiam de estruturas mais simples e de um número reduzido de contratos de arrendamento, o que facilita a aplicação prática da norma. Muitas destas empresas recorrem ainda a consultores externos ou a abordagens mais pragmáticas e adaptadas à sua realidade operacional, o que pode mitigar as dificuldades sentidas. Assim, os dados sugerem que a dimensão da empresa é um fator determinante na perceção e na experiência de adoção da IFRS 16, sendo as grandes empresas as mais impactadas em termos de complexidade e esforço de implementação.

Após a análise das perceções dos diretores financeiros sobre os desafios enfrentados na adoção da IFRS 16, segue-se a apresentação dos resultados do questionário aplicado a auditores, com o objetivo de obter uma perspetiva externa e técnica sobre a aplicação da norma e validar, por triangulação, os principais constrangimentos identificados pelas empresas.

5.2. Questionário aos auditores

O questionário aos auditores, presente no apêndice 2, foi realizado através da plataforma *Google Forms*, de modo a simplificar e agilizar a obtenção de respostas. Entre maio e julho de 2025, foram enviados 285 pedidos de participação, através do envio de mensagens privadas a profissionais da área de auditoria com o cargo igual ou superior a *manager*.

Com esta delimitação, pretendeu-se recolher as perspetivas de profissionais com experiência consolidada na área da auditoria financeira, capazes de fornecer contributos relevantes e informados sobre a aplicação prática da IFRS 16. A escolha de profissionais com o cargo igual ou superior a *manager* visou garantir um nível mínimo de senioridade e envolvimento direto com questões técnicas e operacionais relacionadas com a norma, assegurando assim a qualidade e profundidade das respostas obtidas.

A opção por inquirir exclusivamente profissionais com cargos de *manager* ou superiores, com experiência comprovada na aplicação da IFRS 16, implicou uma estratégia de recolha de dados mais seletiva e personalizada. A especificidade do perfil pretendido inviabilizou o recurso a canais de divulgação mais gerais, como redes académicas ou plataformas abertas de questionários, conduzindo à adoção de métodos de contacto direto, nomeadamente através do envio individualizado de mensagens via LinkedIn. Esta estratégia, embora mais exigente, revelou-se eficaz para alcançar o público-alvo do estudo e assegurar a robustez e a credibilidade da amostra.

Dos 285 pedidos realizados, foi possível obter 19 respostas válidas, correspondendo a uma taxa de resposta de 6,7%. Embora relativamente baixa, esta taxa é comum em estudos que envolvem profissionais com elevada carga de trabalho e responsabilidades, como é o caso dos auditores financeiros. De acordo com a análise de 75 artigos publicada por Nkansa e Bailey (2018), as taxas de resposta em inquéritos dirigidos a auditores registaram uma descida significativa entre 1981 e 2016, passando de valores típicos na ordem dos 60% nas décadas de 1970 e 1980 para taxas frequentemente inferiores a 15% em estudos mais recentes, tendo mesmo chegado a existir um artigo em 2009 com uma taxa de resposta de 6,7%.

Esta tendência reflete os desafios crescentes na recolha de dados junto de profissionais seniores, como a escassez de tempo, a complexidade dos temas abordados e a ausência de incentivos à participação. Ainda assim, as respostas recolhidas neste estudo revelaram-se valiosas, permitindo obter uma perspetiva prática e fundamentada sobre os desafios

enfrentados pelas empresas na adoção da IFRS 16, a partir da experiência direta de quem acompanha de perto a sua aplicação.

Uma das formas de tentar colmatar esta tendência foi produzir um questionário conciso, com perguntas claras e diretas, de modo a reduzir o tempo necessário para o seu preenchimento e aumentar a probabilidade de participação.

Composição do questionário aos auditores

A estrutura do questionário foi desenhada para facilitar a leitura e a análise dos resultados: inicia-se pela caracterização do inquirido e do respetivo contexto profissional, prossegue com a avaliação das dificuldades na aplicação da IFRS 16 e termina com os impactos da norma e sugestões. Esta estrutura permite alinhar diretamente as respostas com as questões de investigação e sustentar a triangulação com as evidências provenientes das entrevistas e com a literatura previamente revista.

A secção inicial (Q1 a Q9) integra, de forma conjunta, variáveis de perfil e de contexto profissional. Inclui idade, género, anos de experiência, posição na firma e tipo de organização (*Big 4* vs. SROC – Sociedades de Revisores Oficiais de Contas), bem como a carteira de clientes (PME, grandes empresas ou mista), o referencial contabilístico predominante na maioria dos clientes (SNC - Sistema de Normalização Contabilística vs. IAS/IFRS) e a frequência de contacto dos auditores com a IFRS 16. Estes itens permitem descrever a amostra, controlar heterogeneidade e realizar leituras segmentadas quando necessário. Funcionam também como indicadores de exposição efetiva à norma, que são úteis para explicar diferenças de perceção entre grupos com perfis distintos.

Após este enquadramento, o questionário capta a perceção da dificuldade global da implementação da norma e identifica os principais desafios observados nas empresas. A pergunta de avaliação global (Q10) oferece uma leitura rápida do nível de exigência percecionado e a pergunta seguinte (Q11) desagrega essa perceção e aponta áreas concretas como identificação de contratos, mensuração inicial de ativos e passivos, adaptação de sistemas, formação interna e exigências de divulgação. Em conjunto, estas respostas permitem priorizar temas críticos e relacioná-los com o perfil do inquirido definido na secção inicial.

Para medir níveis de perceção e não apenas categorias fechadas, a Q12 recorre a quatro itens avaliados em escala (Q12.1 a Q12.4): compreensão dos critérios de reconhecimento,

identificação dos contratos de locação, complexidade percebida e cumprimento das divulgações. Estes itens captam diferentes níveis de percepção e permitem comparar resultados entre perfis de inquiridos.

Por fim, a parte final aborda impactos e recomendações. Solicita-se uma apreciação sobre os impactos nos rácios financeiros (por exemplo, EBITDA, endividamento e ROA), a avaliação de ganhos de transparência e comparabilidade, a identificação do que continua a ser mais problemático e a indicação de melhorias desejáveis na norma ou no processo de aplicação (Q13–Q16). Esta parte final liga percepções a métricas observáveis e recolhe contributos úteis para a discussão e para as implicações práticas do estudo.

O desenho do questionário foi estruturado com base nos tópicos abordados na revisão da literatura e nas entrevistas aos diretores financeiros, assegurando uma triangulação coerente entre as diferentes fontes de dados. As áreas centrais, como a identificação dos contratos de locação, a determinação do prazo contratual, a definição da taxa de desconto, o tratamento de modificações contratuais, os requisitos de divulgação e a necessidade de formação, foram seleccionadas por surgirem de forma recorrente tanto na literatura como nos testemunhos dos diretores financeiros. Por exemplo, os diretores financeiros referiram dificuldades na identificação dos contratos, na definição das taxas de desconto, na adaptação dos sistemas de informação e na preparação das notas às demonstrações financeiras. Esta convergência reforça a relevância analítica das secções do questionário e a sua utilidade para validar e complementar os dados recolhidos nas entrevistas.

5.2.1. Caracterização da amostra

Tal como no subcapítulo anterior, relativo aos resultados obtidos com as entrevistas aos diretores financeiros, será feita uma breve análise das principais características dos inquiridos que compõem a amostra.

Tabela 3 - Caracterização da amostra dos auditores

Caracterização da Amostra do Questionário	Número de Pessoas	%
Género		
Masculino	11	58%
Feminino	8	42%
Idade		
Até 35 anos	2	11%
De 36 a 45 anos	6	32%
De 46 a 55 anos	10	52%
Mais de 55 anos	1	5%
Atividade Profissional		
Revisor Oficial de Contas	11	58%
Auditor - Não ROC	8	42%
Empresa de auditoria		
<i>Big 4</i>	15	79%
SROC, não <i>Big 4</i>	4	21%
Cargo atual		
<i>Manager</i>	14	74%
Senior <i>manager</i>	3	16%
Director	1	5%
Partner	1	5%
Anos em auditoria financeira		
6-10 anos	8	42%
Mais de 10 anos	11	58%
Tipo de clientes maioritariamente		
Pequenas e médias empresas	2	11%
Misto	5	26%
Grandes empresas	12	63%
Normativo utilizado maioritariamente pelos clientes		
Normativo internacional - IAS/IFRS	10	53%
Normativo Nacional - SNC	9	47%
Frequência com que lida com empresas que aplicam a IFRS 16		
Regularmente	13	68%
Ocasionalmente	6	32%

A amostra do questionário aos auditores é composta por 19 indivíduos, com o cargo equivalente a *Manager* de auditoria ou superior, tal como definido na preparação do estudo, dos quais 11 (58%) são do género masculino e 8 (42%) do género feminino, refletindo uma distribuição relativamente equilibrada. Em termos etários, a maioria dos participantes situa-

se na faixa dos 46 a 55 anos (10 pessoas; 53%), seguida pelos 36 a 45 anos (6; 32%). Apenas 2 participantes têm até 35 anos (11%) e 1 tem mais de 55 anos (5%).

No que respeita à atividade profissional, 11 participantes são Revisores Oficiais de Contas (58%) e 8 são Auditores não ROC (Revisores Oficiais de Contas) (42%). A maioria exerce funções em empresas da rede *Big 4* (15; 79%), enquanto 4 (21%) pertencem a Sociedades de Revisores Oficiais de Contas fora deste grupo. A distinção entre Revisores Oficiais de Contas e Auditores não ROC, bem como a predominância de profissionais provenientes de empresas da rede *Big 4*, são relevantes para este estudo na medida em que permitem captar diferentes níveis de responsabilidade, exposição normativa e complexidade operacional. Os ROC, pela sua qualificação legal e supervisão profissional, tendem a ter uma visão mais estruturada da aplicação da IFRS 16, enquanto os Auditores não ROC podem oferecer uma perspetiva mais prática e operacional. Por sua vez, os profissionais das *Big 4*, que representam 79% da amostra, estão habitualmente mais envolvidos com clientes de grande dimensão e com normativos internacionais, o que reforça a pertinência da amostra para a análise dos desafios concretos associados à adoção da IFRS 16.

Quanto ao perfil de clientes, 12 auditores lidam maioritariamente com grandes empresas (63%), 5 com uma carteira mista (26%) e 2 com pequenas e médias empresas (11%) e no que diz respeito ao normativo contabilístico utilizado pelos clientes, verifica-se que a maioria dos auditores lida com clientes que utilizam o normativo internacional. Também estas duas características são importantes no sentido da obtenção de respostas e informações enriquecedoras para o estudo.

Por fim, relativamente à frequência com que lidam com empresas que aplicam a IFRS 16, 13 participantes referem fazê-lo regularmente (68%), enquanto 6 o fazem ocasionalmente (32%), o que reforça a pertinência da amostra para o estudo dos desafios práticos associados à aplicação da norma.

5.2.2. Análise e discussão dos resultados

Tendo apresentado a caracterização da amostra de auditores inquiridos, procede-se agora à análise e discussão das suas respostas, com o objetivo de compreender as principais dificuldades observadas na aplicação da IFRS 16 pelas empresas auditadas. Tal como no caso das entrevistas aos diretores financeiros, a análise será organizada por secções, permitindo

uma leitura estruturada dos resultados e facilitando a comparação com os testemunhos recolhidos anteriormente.

Perceção sobre a Dificuldade da Adoção da IFRS 16

A perceção dos auditores quanto ao grau de dificuldade enfrentado pelas empresas na adoção da IFRS 16 (Q10) revela uma visão predominantemente crítica. Dos 19 profissionais inquiridos, a maioria classificou o nível de dificuldade como “Moderado” ou “Elevado”, com destaque para os auditores que lidam regularmente com grandes empresas e com o normativo internacional.

Esta perceção está em linha com os testemunhos recolhidos junto dos diretores financeiros, que também apontaram para uma transição exigente, especialmente nas empresas de maior dimensão. Tal como referiu o CFO 1, “tivemos de fazer verdadeiras ginásticas para perceber como tratar contratos verbais, contratos que se renovam automaticamente, e definir a vida útil desses ativos.”, evidenciando a complexidade da norma e as dificuldades das empresas na sua aplicação.

Principais Desafios Observados nas Empresas Auditadas

Os auditores identificaram um conjunto consistente de desafios enfrentados pelas empresas na adoção da IFRS 16 (Q11), que convergem com os obstáculos relatados pelos CFOs nas entrevistas. A análise das respostas revela que os desafios mais frequentemente observados foram os seguintes, por ordem decrescente de frequência com que foram mencionadas:

- Formação e conhecimento interno insuficiente (14),
- Mensuração inicial dos ativos e passivos (13),
- Cálculo e conseqüente registo decorrente de extensões ao contrato inicial (13),
- Identificação de contratos de locação (11),
- Alterações nos sistemas informáticos de suporte à contabilidade (10),
- Divulgação e apresentação nas demonstrações financeiras (6).

A análise dos desafios observados foi complementada pela pergunta 12 do questionário, que avaliou a perceção dos auditores sobre quatro aspetos centrais da aplicação da IFRS 16. Os resultados, apresentados na tabela seguinte, reforçam as dificuldades já identificadas nas respostas anteriores:

Tabela 4 - Respostas à questão 12 do questionário aos auditores

Pontuação	1	2	3	4	5	Média
Compreensão dos critérios de reconhecimento	-	2	10	6	1	3,32
Identificação correta dos contratos	-	1	8	9	1	3,53
Complexidade da norma	-	-	4	14	1	3,84
Cumprimento das divulgações	1	2	7	8	1	3,32

A formação interna insuficiente surge como o desafio mais transversal, mencionado por quase todos os auditores. O Auditor 8 sugere que “as empresas não devem pensar que é o auditor que resolve a aplicação da norma, mas sim contratar serviços de assessoria contabilística”, evidenciando a necessidade de reforçar a capacitação técnica das equipas internas. Esta preocupação é também refletida na média de 3,32 atribuída à afirmação “as empresas compreendem bem os critérios de reconhecimento da IFRS 16”, indicando que, apesar de algum progresso, persistem lacunas relevantes.

A mensuração inicial dos ativos e passivos (especialmente na definição da taxa de desconto e do prazo contratual) e o registo decorrente de extensões ao contrato inicial foram também apontados como pontos sensíveis. O Auditor 5 refere que “a formação e conhecimento continuam a ser insuficientes”, dificultando a correta aplicação dos critérios de mensuração. A média de 3,84 atribuída à afirmação “a IFRS 16 é considerada uma norma complexa” confirma esta visão crítica por parte dos auditores.

A identificação dos contratos de locação é também um desafio recorrente, tanto do ponto de vista dos auditores como dos CFOs. Esta dificuldade decorre da dispersão da informação contratual, da ambiguidade de cláusulas e da existência de contratos mistos, tal como também foi referido pelos CFOs. O Auditor 2 destaca que “a interpretação de um contrato estar ou não estar sujeito ao reconhecimento em ativo/passivo segundo os critérios da norma” continua a ser uma área crítica, exigindo julgamento profissional e conhecimento técnico especializado. A média de 3,53 atribuída à afirmação “a maioria dos contratos de locação é corretamente identificada como tal” sugere que, embora haja progresso, ainda existem inconsistências na aplicação prática.

A adaptação dos sistemas informáticos é também amplamente referida, sobretudo por auditores que trabalham com grandes empresas. O Auditor 6 salienta que “a automatização do cálculo após a primeira adoção é essencial, dado tratar-se de um cálculo complexo”, o que

está em consonância com os testemunhos dos CFOs que relataram dificuldades na integração dos contratos em ERPs e na manutenção dos dados atualizados.

A divulgação e apresentação nas demonstrações financeiras foi o desafio menos mencionado pelos auditores, mas ainda assim relevante. Alguns profissionais apontaram dificuldades na explicitação dos critérios de mensuração e na segregação das componentes dos contratos, especialmente em empresas com menor maturidade técnica. Como referiu o Auditor 8, “a mesma informação poderia ser apresentada nas divulgações sem alterar o balanço”, sugerindo que, em certos casos, o esforço exigido pela norma pode não se traduzir em ganhos proporcionais de transparência. A média de 3,32 atribuída à afirmação “as divulgações exigidas pela IFRS 16 são geralmente bem cumpridas” reforça esta leitura moderada.

Impacto nos Rácios Financeiros

A maioria dos auditores reconhece que a adoção da IFRS 16 teve impactos significativos nos principais rácios financeiros das empresas auditadas. Entre os efeitos mais frequentemente observados destacam-se o aumento do EBITDA e do endividamento (mencionado por 15 auditores) e a redução da rentabilidade do ativo (ROA) (mencionado por 6 auditores).

O aumento do EBITDA é explicado pela substituição das rendas operacionais por amortizações e juros, o que melhora os indicadores operacionais, mas pode distorcer a leitura da performance económica. O Auditor 2 refere que a norma “permite realizar uma análise mais cuidadosa da dívida e/ou cumprimento de *covenants*”, mas alerta para a necessidade de ajustar a interpretação dos rácios.

Por outro lado, o aumento do passivo decorrente do reconhecimento das obrigações de locação contribui para uma maior alavancagem financeira, o que pode afetar a perceção de solvabilidade e a análise de risco por parte de financiadores. O Auditor 1 observa que “as empresas que antes tinham locações operacionais sem impacto no balanço passaram a apresentar valores significativos de passivo, o que altera substancialmente os rácios de estrutura financeira”.

A redução do ROA foi também mencionada por vários auditores, refletindo o aumento do ativo total sem um crescimento proporcional do EBIT. Esta tendência foi igualmente destacada pelos CFOs, que referiram que “o aumento do ativo por via do direito

de uso afeta negativamente a rentabilidade, especialmente em setores com muitos contratos de locação”.

Impacto na Transparência e Comparabilidade da Informação Financeira

A maioria dos auditores considera que a IFRS 16 contribuiu positivamente para a transparência e comparabilidade da informação financeira. Dos 19 inquiridos, 10 responderam afirmativamente, 7 indicaram que o impacto foi apenas parcial, 1 respondeu negativamente e 1 não tem opinião formada. Esta distribuição revela uma percepção maioritariamente favorável, embora com reservas quanto à aplicação prática da norma.

Entre os que reconhecem melhorias, destaca-se a ideia de que a norma permite uma representação mais fiel dos ativos utilizados pelas empresas e das obrigações associadas aos contratos de locação, como referiu o Auditor 1: “Empresas que têm a maioria dos ativos através de contratos de locação que antigamente estavam registados como locações operacionais não apresentavam nenhum valor de ativo relevante nas demonstrações financeiras, o que podia não ser coerente com a atividade das empresas.”

Outros auditores sublinham o ganho na comparabilidade entre empresas, especialmente em setores onde o uso de locações operacionais era comum. O Auditor 2 afirma: “Facilita a comparabilidade entre empresas que recorrem a locações operacionais/financeiras. Permite realizar uma análise mais cuidadosa da dívida e/ou cumprimento de *covenants*.”

Contudo, os auditores que consideram o impacto apenas parcial ou nulo apontam limitações na compreensão da norma por parte dos utilizadores das demonstrações financeiras e na efetiva utilidade da informação divulgada. O Auditor 17 observa: “Embora permita valorizar um direito de utilização e uma responsabilidade de locação, relevante para os leitores das demonstrações financeiras, acaba por ser um conceito extremamente técnico para leitores sem conhecimento contabilístico, fazendo com que o efeito de transmissão de informação seja pouco relevante.”

Esta visão é reforçada pelo Auditor 16, que questiona o valor acrescentado da norma: “Acredito que estas normas que se focam muito em temas meramente contabilísticos não agregam tanto valor para as informações financeiras ou trazem informações relevantes para o utilizador da demonstração financeira. Apenas trazem maior complexidade, maior possibilidade de erros, sem trazer benefícios na mesma medida.”

Em suma, embora a IFRS 16 tenha sido reconhecida como um avanço na qualidade da informação financeira, a sua aplicação prática continua a levantar desafios, especialmente na comunicação clara dos seus efeitos e na interpretação por parte dos utilizadores externos. A triangulação entre as respostas dos auditores e os testemunhos dos CFOs confirma que os ganhos em transparência e comparabilidade são reais, mas exigem um esforço contínuo de clarificação e formação.

Questões Abertas: Problemas Persistentes e Sugestões de Melhoria

As respostas às questões abertas do questionário permitiram recolher contributos valiosos sobre os problemas que continuam a afetar a aplicação da IFRS 16 e sobre possíveis melhorias à norma ou ao seu processo de implementação. A análise revela que, mesmo após vários anos da entrada em vigor da norma, persistem dificuldades técnicas, operacionais e interpretativas

Entre os problemas mais frequentemente referidos, destacam-se:

- A falta de conhecimento técnico por parte dos contabilistas e responsáveis financeiros, especialmente nas PME.
- A interpretação dos contratos e a definição do prazo da locação, que continuam a exigir elevado julgamento.
- A determinação da taxa de desconto, sobretudo quando não existe financiamento externo comparável.
- A atualização dos contratos em cada data de reporte, que exige sistemas informáticos robustos e integração entre departamentos.
- A complexidade da norma, que em alguns casos é vista como desproporcionada face aos benefícios informativos.

Quanto às sugestões de melhoria, os auditores apontam várias propostas concretas. Uma das mais referidas é o reforço da formação obrigatória sobre a IFRS 16, nomeadamente através da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC). O Auditor 2 sugere que a OCC deveria incluir o tema no seu plano de formações e apenas permitir que os contabilistas que tenham cumprido essa formação possam assinar contas em IFRS. Outra proposta relevante é a revisão da norma com o objetivo de reduzir a margem de interpretação, como defende o Auditor 16, que considera que as normas devem ser mais claras e direcionar as diversas

possibilidades do tema a que se referem, de forma a evitar diferentes tratamentos entre empresas.

A análise às respostas dos auditores permite obter uma visão externa e técnica sobre os desafios enfrentados pelas empresas portuguesas na adoção da IFRS 16, complementando e validando os testemunhos recolhidos junto dos diretores financeiros. De forma geral, os auditores reconhecem que a norma trouxe ganhos relevantes em termos de transparência, comparabilidade e fiabilidade da informação financeira, mas alertam para a sua complexidade técnica e para os custos operacionais associados à sua aplicação.

Entre os principais desafios observados destacam-se a formação insuficiente, a mensuração inicial dos ativos e passivos, o tratamento de extensões contratuais e a identificação dos contratos de locação, dificuldades que coincidem com os obstáculos relatados pelos diretores financeiros. A convergência entre os dois grupos reforça a validade das conclusões e evidencia que os problemas não se limitam à fase de transição, mas persistem na aplicação contínua da norma.

Os impactos da IFRS 16 nos rácios financeiros foram amplamente reconhecidos, com destaque para o aumento do EBITDA e do passivo, e a redução da rentabilidade do ativo. Estes efeitos, embora tecnicamente justificáveis, exigem uma leitura mais cuidada das demonstrações financeiras e uma comunicação clara aos *stakeholders*.

Os resultados obtidos no presente estudo estão em consonância com a literatura analisada, confirmando que a adoção das IFRS, e em particular da IFRS 16, representa um desafio técnico relevante para os profissionais da auditoria. Tal como evidenciado por Elhaj e Soliman (2023), Khelif e Achek (2016) e Munhoz et al. (2014), os auditores portugueses reconhecem a complexidade da norma e a necessidade de formação contínua para garantir uma aplicação rigorosa e consistente. No entanto, ao contrário do cenário descrito por Nurunnabi (2017), os dados recolhidos junto dos auditores nacionais revelam um contexto mais favorável à conformidade normativa, marcado por uma atitude positiva face às IFRS e por uma valorização da qualidade da informação financeira. Esta diferença reforça a importância do contexto institucional e da maturidade técnica dos profissionais na eficácia da adoção das normas internacionais de contabilidade.

5.3. Discussão dos resultados

Após a apresentação dos resultados obtidos junto dos diretores financeiros e dos auditores, torna-se pertinente proceder à sua discussão crítica, articulando as evidências recolhidas com as questões de investigação definidas no Capítulo 3. Este subcapítulo visa, assim, sintetizar e confrontar as perspetivas dos dois grupos de participantes, permitindo uma leitura integrada dos principais desafios enfrentados pelas empresas portuguesas na adoção da IFRS 16.

Q1. Quais os principais desafios práticos enfrentados pelas empresas portuguesas na adoção da IFRS 16?

A maioria dos diretores financeiros entrevistados referiu dificuldades na identificação e enquadramento dos contratos de locação, especialmente em empresas com estruturas descentralizadas e elevada diversidade contratual. A recolha da informação revelou-se exigente, com contratos verbais, cláusulas ambíguas e renovações automáticas que dificultavam a aplicação dos critérios da norma. Esta realidade é semelhante à observada por Hjertstedt (2018), que identificou problemas na gestão de contratos com opções de extensão e rendas variáveis, e por Mentosa (2023), que destacou a ambiguidade contratual como um dos principais obstáculos à adoção da IFRS 16.

A subjetividade da norma foi também apontada como um desafio transversal. Os CFOs relataram dificuldades na definição do prazo contratual e na determinação das taxas de desconto, sobretudo em contratos sem taxa explícita. Ghanawi & Moussa (2021) identificaram limitações semelhantes, referindo que a falta de formação técnica e o julgamento exigido na aplicação da norma contribuíram para erros nos primeiros períodos de reporte. Esta perceção é reforçada pelos auditores inquiridos, que atribuíram uma média de 3,84 (numa escala de 1 a 5) à complexidade da norma e destacaram a mensuração inicial dos ativos e passivos como uma das áreas mais problemáticas.

Outro desafio recorrente foi a distinção entre locações e prestações de serviços, especialmente em contratos mistos. Os diretores financeiros referiram casos em que o valor pago dependia da utilização do ativo, dificultando a classificação como locação. Esta dificuldade é igualmente referida por Weaver & Woods (2015), que apontam a ausência de orientações claras como um fator que compromete a aplicação consistente da norma.

Por fim, tanto os CFOs como os auditores destacaram a formação interna insuficiente como um obstáculo à adoção eficaz da IFRS 16. A necessidade de capacitação técnica contínua foi evidente, com várias empresas a recorrerem a apoio externo para interpretar e aplicar os critérios normativos. Esta limitação é também identificada por Ghanawi & Moussa (2021) e por Elhaj & Soliman (2022), que sublinham a importância da formação para garantir a conformidade com os requisitos da norma.

Q2. De que forma as empresas ajustaram os seus sistemas contabilísticos, processos internos e recursos humanos para dar resposta aos requisitos da IFRS 16?

Os diretores financeiros entrevistados referiram que a adoção da IFRS 16 exigiu ajustamentos significativos nos sistemas de informação, sobretudo nas empresas de maior dimensão. Enquanto algumas PME geriram o processo de forma manual, recorrendo a folhas de cálculo em Excel, as grandes empresas desenvolveram ou adaptaram módulos específicos nos seus sistemas ERP, como o SAP, para automatizar o reconhecimento dos ativos de direito de uso, o cálculo das depreciações e juros, e a gestão de modificações contratuais. Esta evolução tecnológica está em linha com os resultados obtidos por Hjertstedt (2018), que observou uma transição gradual de soluções manuais para sistemas dedicados à medida que a complexidade operacional aumentava.

A reorganização dos processos internos foi também uma constante. Embora a maioria dos CFOs tenha indicado que não foi necessário contratar novos colaboradores, houve uma redistribuição de tarefas e um reforço dos controlos mensais, especialmente nas rotinas de fecho e reporte financeiro. O aumento da carga de trabalho foi absorvido pelas equipas existentes, mas exigiu maior coordenação entre departamentos e maior atenção ao detalhe. Ghanawi & Moussa (2021) identificaram uma realidade semelhante, com empresas a reorganizarem internamente as suas equipas para lidar com os novos requisitos da norma.

No que respeita ao capital humano, os testemunhos recolhidos revelam abordagens distintas. Algumas empresas optaram por formação interna estruturada, enquanto outras seguiram um modelo de aprendizagem prática e contínua, à medida que os desafios iam surgindo. A necessidade de formação técnica foi reconhecida por vários CFOs como essencial para garantir a correta aplicação da norma, especialmente em áreas que exigem julgamento profissional. Esta evidência é consistente com os resultados de Hoogendoorn (2006) e Ghanawi & Moussa (2021), que destacam a formação como um fator crítico na eficácia da implementação da IFRS 16.

Do lado dos auditores, os resultados do questionário reforçam esta percepção. A formação interna insuficiente foi o desafio mais mencionado, com 14 dos 19 profissionais a identificarem lacunas na preparação técnica das equipas das empresas auditadas. Além disso, 10 auditores referiram dificuldades na adaptação dos sistemas informáticos, confirmando que a transição para a IFRS 16 implicou alterações significativas na infraestrutura tecnológica das organizações.

Q3. Que impacto teve a IFRS 16 nos rácios financeiros e na percepção dos *stakeholders*?

Os resultados obtidos junto dos diretores financeiros indicam que a adoção da IFRS 16 teve efeitos previsíveis nos principais rácios financeiros, decorrentes da própria lógica da norma, que exige o reconhecimento dos contratos de locação no balanço. A contabilização dos ativos de direito de uso e das respetivas obrigações resultou num aumento do ativo e do passivo, numa melhoria do EBITDA, pela substituição das rendas por amortizações e juros, e numa diminuição do ROA, devido ao crescimento do total de ativos sem variação proporcional do EBIT.

Estes efeitos foram especialmente sentidos em empresas com elevado número de contratos de locação, como as dos setores industrial e de serviços. Os CFOs referiram que, apesar de os impactos serem esperados, foi necessário reforçar a comunicação nas notas às demonstrações financeiras, explicando os critérios utilizados na mensuração dos ativos e passivos, como as taxas de desconto, as vidas úteis dos contratos e os julgamentos aplicados.

Apesar das alterações nos rácios, os diretores financeiros indicaram que os *stakeholders* compreenderam que se tratava de uma mudança normativa e não de uma deterioração real da situação financeira. Ainda assim, a necessidade de explicitação clara dos julgamentos e estimativas nas divulgações foi considerada essencial para manter a confiança dos utilizadores da informação financeira.

Do lado dos auditores, os resultados do questionário confirmam esta percepção. A maioria dos profissionais destacou o aumento do EBITDA e do passivo como os efeitos mais observados, e vários referiram também a redução da rentabilidade do ativo (ROA). Estes resultados coincidem com os estudos de Morales-Díaz & Zamora-Ramírez (2018), que estimaram um aumento médio de 9,96% no ativo e de 21,4% no passivo, e com Bohusova et al. (2022), que observaram variações significativas na alavancagem e no ROA em empresas do setor do retalho. Também Suzuki Tofanelo et al. (2021) e Ribeiro et al. (2023)

identificaram impactos semelhantes em companhias aéreas e empresas de transporte, setores particularmente expostos à IFRS 16.

Q4. Qual a percepção dos auditores relativamente ao grau de conformidade das empresas com a IFRS 16 e aos principais pontos críticos identificados durante os processos de auditoria?

Os auditores inquiridos revelaram uma percepção crítica quanto à aplicação da IFRS 16 pelas empresas portuguesas, identificando como principais pontos de fragilidade a formação interna insuficiente, a identificação dos contratos de locação, a mensuração inicial dos ativos e passivos, e o tratamento de extensões contratuais. A norma continua a ser considerada tecnicamente exigente, com uma média de 3,84 numa escala de 1 a 5 quanto à sua complexidade, e persistem dificuldades na sua aplicação prática, mesmo após vários anos da sua entrada em vigor.

A compreensão dos critérios de reconhecimento obteve uma média de 3,32, sugerindo que, embora exista algum domínio técnico, ainda há inconsistências na forma como as empresas interpretam e aplicam os requisitos da norma. A identificação correta dos contratos foi avaliada com uma média de 3,53, refletindo os desafios associados à análise de contratos híbridos, cláusulas ambíguas e processos descentralizados de contratação.

Os resultados obtidos neste estudo coincidem com as conclusões de Elhaj & Soliman (2022), que identificaram a formação como o principal desafio na adoção das IFRS, e com Khlif & Achek (2016), que associam a implementação das normas internacionais a um aumento da complexidade técnica e da exigência de qualificação dos auditores. Munhoz et al. (2014) reforçam esta ideia ao demonstrar que a adoção das IFRS implicou um acréscimo significativo nos honorários de auditoria, refletindo o esforço adicional necessário para validar demonstrações financeiras mais exigentes. Por outro lado, os resultados obtidos contrastam com os de Nurunnabi (2017), que, num contexto institucional menos desenvolvido, observou uma aplicação simbólica das IFRS. No caso português, os auditores demonstram uma atitude maioritariamente positiva face às normas internacionais, valorizando a qualidade da informação financeira e reconhecendo os benefícios da sua adoção.

6. Conclusão

A IFRS 16 foi publicada com o principal objetivo de melhorar a transparência, a comparabilidade e a fiabilidade da informação financeira, transformando o modo como as locações são refletidas nas demonstrações financeiras. Ao exigir o reconhecimento das responsabilidades anteriormente omitidas do balanço, a norma contribuiu para uma representação mais fiel da posição financeira das empresas (Morales-Díaz & Zamora-Ramírez, 2018).

Este objetivo foi, em larga medida, alcançado, com uma parte significativa dos utilizadores, incluindo os diretores financeiros e auditores que participaram neste estudo, a reconhecerem melhorias na qualidade da informação financeira. No entanto, o percurso até à implementação plena da norma revelou-se complexo e desafiante, marcado por dificuldades práticas que exigiram adaptações significativas por parte das empresas. Embora a literatura académica se concentre maioritariamente nos impactos económicos e nos rácios financeiros, como Ribeiro et al. (2023) e Bohusova et al. (2022), este estudo evidencia que os principais obstáculos enfrentados pelas empresas portuguesas residem, sobretudo, na aplicação prática da norma.

Estes desafios começam pela identificação de todos os contratos, uma vez que muitas vezes essa informação está descentralizada dentro da empresa. Também o enquadramento de alguns contratos no âmbito da norma é apresentado como um desafio, devido à sua subjetividade. Os diretores financeiros entrevistados afirmam que a diversidade contratual, a ambiguidade das cláusulas e a dificuldade em distinguir entre locações e prestações de serviços foram obstáculos recorrentes, tal como identificado por Hjertstedt (2018) e Mentosa (2023).

A norma exige um elevado nível de julgamento profissional, como foi referido pelos diretores financeiros entrevistados, nomeadamente para definir as vidas úteis do ativo de direito de uso, as taxas de desconto a aplicar e o tratamento de contratos com rendas variáveis. A ausência de exemplos práticos e a complexidade técnica da norma foram apontadas como fatores que dificultam a sua aplicação consistente, corroborando os estudos de Ghanawi & Moussa (2021) e Weaver & Woods (2015).

Além disso, foi necessária uma adaptação dos sistemas de informação para o tratamento dos contratos, sobretudo em empresas de maior dimensão e com uma maior quantidade de contratos, tal como identificado por Hjertstedt (2018). Muitas organizações

começaram por gerir os contratos em Excel, migrando depois os dados para plataformas especializadas. Verificou-se ainda que a norma requer um acompanhamento contínuo após a fase inicial de implementação, principalmente devido a contratos com rendas variáveis e com opções de extensão.

Todo este processo exigiu um esforço significativo do capital humano, não apenas pela carga de trabalho adicional, mas também pela complexidade técnica envolvida na aplicação da norma, evidência também obtida por Ghanawi et Moussa (2021). Em muitos casos, foi necessário investir em formação específica para garantir que as equipas financeiras compreendiam plenamente os requisitos da IFRS 16 e estavam preparadas para lidar com os julgamentos profissionais exigidos.

Importa ainda destacar que os desafios identificados foram percecionados com maior intensidade nas empresas de maior dimensão, onde a complexidade organizacional, o volume e diversidade dos contratos de locação e os requisitos de adaptação dos sistemas de informação tornaram o processo de implementação da IFRS 16 significativamente mais exigente.

Quanto aos rácios financeiros, os resultados deste estudo sugerem que, para muitas empresas, esses efeitos foram secundários face aos desafios operacionais da implementação, que se revelaram mais inesperados e exigentes. Ainda assim, a IFRS 16 teve implicações relevantes na análise financeira, nomeadamente no aumento do ativo e do passivo, o que influenciou indicadores como o aumento do rácio de endividamento, o aumento do EBITDA e a diminuição ROA, resultados que estão em linha com os estudos de Morales-Díaz & Zamora-Ramírez (2018), Suzuki Tofanelo et al. (2021) e Ribeiro et al. (2023). Estas alterações exigiram uma reinterpretação dos rácios por parte dos analistas e *stakeholders*, especialmente em setores com maior intensidade de locações.

Os dados recolhidos através do questionário aos auditores corroboraram os testemunhos dos diretores financeiros reforçando a ideia de que os principais desafios da IFRS 16 residem na sua aplicação prática. Tal como os diretores financeiros, também os auditores destacaram a complexidade associada à recolha e análise da informação contratual, à necessidade de julgamento profissional e à adaptação dos sistemas contabilísticos. Além disso, sublinharam a importância de uma comunicação eficaz entre as equipas financeiras e os auditores, especialmente na fase inicial de implementação, para garantir uma interpretação consistente da norma e mitigar riscos de erro ou omissão. Esta convergência de perspetivas

evidencia que, apesar de distintos papéis no processo, ambos os grupos enfrentaram obstáculos semelhantes e reconheceram a exigência técnica e operacional imposta pela norma.

Este estudo permitiu compreender de forma aprofundada os desafios práticos enfrentados pelas empresas portuguesas na adoção da IFRS 16, destacando aspetos que têm sido menos explorados na literatura, como a complexidade operacional, a exigência de julgamento profissional e o papel fundamental do capital humano. A convergência entre os testemunhos dos diretores financeiros e dos auditores reforça a validade dos resultados e evidencia que a implementação da norma foi um processo exigente, mas que contribuiu para uma melhoria efetiva na qualidade da informação financeira.

7. Limitações e sugestões de pesquisa futura

A principal limitação deste estudo está relacionada com a recolha de dados, que se revelou particularmente exigente devido à especificidade do público-alvo. A entrevista e o questionário foram direcionados exclusivamente a profissionais com experiência na aplicação da IFRS 16, nomeadamente diretores financeiros e auditores, respetivamente. Esta opção impediu a utilização de canais de divulgação mais generalistas, como plataformas académicas abertas, grupos de estudantes ou redes da Universidade do Porto, assim como sites pagos para obtenção de respostas, uma vez que a probabilidade de alcançar o perfil pretendido por essas vias seria muito reduzida. Além disso, a qualidade e fiabilidade das respostas poderia ser posta em causa caso fossem recolhidos dados de indivíduos sem conhecimento técnico suficiente sobre o tema.

A taxa de resposta obtida, embora alinhada com estudos semelhantes, foi relativamente baixa, o que pode afetar a generalização dos resultados. Ainda assim, a qualidade dos testemunhos recolhidos permitiu uma análise aprofundada e contextualizada dos desafios enfrentados pelas empresas portuguesas.

Outra limitação prende-se com o facto de o estudo se centrar exclusivamente na realidade portuguesa, não permitindo comparações internacionais que poderiam enriquecer a compreensão dos fatores contextuais que influenciam a adoção da norma. Além disso, o foco na perceção dos preparadores e auditores exclui a visão dos utilizadores externos da informação financeira, como analistas, investidores ou entidades financiadoras, cuja perspetiva sobre os efeitos da IFRS 16 poderia complementar os resultados obtidos.

Tendo em conta as limitações do presente estudo, futuras investigações poderão expandir a amostra, incluindo um número mais alargado de empresas e profissionais, de modo a reforçar a representatividade dos resultados, realizar estudos comparativos entre países, setores de atividade ou dimensão da entidade e incluir a perspetiva dos utilizadores externos, como analistas financeiros ou investidores, para compreender o impacto da norma na utilidade da informação divulgada.

Além disso, estando neste momento o IASB a rever a norma, seria interessante desenvolver uma investigação no sentido de comparar os desafios identificados neste trabalho com os efeitos das alterações que venham a ser introduzidas eventualmente.

Estas pistas de investigação futura poderão contribuir para uma compreensão mais ampla e aprofundada da aplicação da IFRS 16, oferecendo suporte não apenas aos profissionais diretamente envolvidos na sua implementação, mas também aos reguladores e aos utilizadores externos da informação financeira, que dependem da qualidade e fiabilidade do relato para a tomada de decisões.

Referências bibliográficas

- AICPA. (1994). *Improving Business Reporting - a Customer Focus*. Meeting the Information Needs of Investors and Creditors: Comprehensive Report, pp. 1-140.
- Albu, C. N., Albu, N., & Alexander, D. (2014). When global accounting standards meet the local context—insights from an emerging economy. *Critical Perspectives on Accounting*, 25(6), 489-510. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2013.03.005>
- Arnold, C., Brouwer, A., & Tahtah, J. (2020). De adoptie Van Ifrs 16 door Europese ondernemingen. *Maandblad Voor Accountancy En Bedrijfseconomie*, 94(11/12), 427-445. <https://doi.org/10.5117/mab.94.58544>
- Beattie, V., Goodacre, A., & Thomson, S. (2000). Operating leases and the assessment of lease-debt substitutability. *Journal of Banking & Finance*, 24(3), 427-470. [https://doi.org/10.1016/s0378-4266\(99\)00045-x](https://doi.org/10.1016/s0378-4266(99)00045-x)
- Bohusova, H. (2022). Impact of new lease reporting on retailing and wholesale companies. *Montenegrin Journal of Economics*, 18(3), 89-98. <https://doi.org/10.14254/1800-5845/2022.18-3.7>
- Booth, B. (2003). The Conceptual Framework as a coherent system for the development of accounting standards. *Abacus*, 39(3), 310-324. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6281.2003.00135.x>
- Bryman, A. (2015). *Social Research Methods* (5^a ed.). OXFORD University Press.
- Carroll, S. (2019, 30 de janeiro). *IFRS 16 - transition choices*. Grant Thornton International Ltd. <https://www.grantthornton.global/en/insights/ifrs-16/ifrs-16---transition-choices/>
- Duke, J. C., Hsieh, S.-J., & Su, Y. (2009). Operating and synthetic leases: Exploiting financial benefits in the post-Enron Era. *Advances in Accounting*, 25(1), 28-39. <https://doi.org/10.1016/j.adiac.2009.03.001>
- Elhaj, M. R., & Soliman, M. (2022). The benefits of adopting International Financial Reporting Standards: Auditors' perception. *International Journal of Auditing Technology*, 4(4), 266. <https://doi.org/10.1504/ijaudit.2022.129426>
- European Financial Reporting Advisory Group. (2024a, 14 de maio). Summary of responses—EFRAG Preparer's Survey on IFRS 16 Leases.

<https://www.efrag.org/system/files/sites/webpublishing/Meeting%20Documents/2312131633450944/07-02%20-%20Summary%20of%20responses%20-%20EFRAG%20Preparer%27s%20Survey%20on%20IFRS%2016%20Leases%20-%20EFRAG%20FR%20TEG-User%20Panel%20joint%20meeting%2024-05-14.pdf>

European Financial Reporting Advisory Group. (2024b, 14 de maio). Summary of responses—EFRAG Users' Survey on IFRS 16 Leases. <https://www.efrag.org/system/files/sites/webpublishing/Meeting%20Documents/2312131633450944/07-03%20-%20Summary%20of%20responses%20-%20EFRAG%20User%27s%20Survey%20on%20IFRS%2016%20Leases%20-%20EFRAG%20FR%20TEG-User%20Panel%20joint%20meeting%2024-05-14.pdf>

European Financial Reporting Advisory Group. (2024c, 21 de março). Extension of deadline for EFRAG surveys on the Post-Implementation Review of IFRS 16 Leases. <https://www.efrag.org/en/news-and-calendar/news/extension-of-deadline-for-efrag-surveys-on-the-postimplementation-review-of-ifs-16-leases>

European Financial Reporting Advisory Group. (2025, 28 de julho). Draft Comment Letter—Post-implementation Review of IFRS 16 Leases. <https://www.efrag.org/sites/default/files/media/document/2025-07/Draft%20Comment%20Letter%20-%20PIR%20IFRS%2016%20Leases.pdf>

Fitó, M. Á., Moya, S., & Orgaz, N. (2013). Considering the effects of operating lease capitalization on key financial ratios. *Spanish Journal of Finance and Accounting / Revista Española de Financiación y Contabilidad*, 42(159), 341-369. <https://doi.org/10.1080/02102412.2013.10779750>

Ghanawi, H., & El-hajj Moussa, R. (2021). *IFRS 16: Implementation challenges in a global Swedish entity* [Master's thesis, Lund University]. LUP Student Papers. <https://lup.lub.lu.se/student-papers/search/publication/9057971>

Hjertstedt, N. (2018). *Strategizing IFRS 16 - Leases and Real Estate: Exploring implementation and contractual strategies relating to new accounting regulation* [Master's thesis, KTH Royal Institute of Technology]. DiVA Portal. <https://kth.diva-portal.org/smash/record.jsf?pid=diva2%3A1220394>

- Hoogendoorn, M. (2006). International Accounting Regulation and IFRS Implementation in Europe and beyond - experiences with first-time adoption in Europe. *Accounting in Europe*, 3(1), 23-26. <https://doi.org/10.1080/09638180600920087>
- Ijiri, Y. (1980). *Recognition of contractual rights and obligations: An exploratory study of Conceptual Issues*. Financial Accounting Standards Board of the Financial Accounting Foundation.
- Imhoff, E.A., Lipe, R.C., & Wright, D.W. (1991). Operating leases: impact of constructive capitalization. *Accounting Horizons*, 5(1), 51-63.
- International Accounting Standards Board. (2023, 12 de dezembro). IASB Update—December 2023. <https://www.ifrs.org/news-and-events/updates/iasb/2023/iasb-update-december-2023/>
- International Accounting Standards Board. (2025, 17 de junho). Post-implementation Review of IFRS 16 Leases (Request for Information). <https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/project/pir-ifrs-16/rfi-iasb-2025-1-pir-ifrs-16.pdf>
- Jermakowicz, E. K., & Gornik-Tomaszewski, S. (2006). Implementing IFRS from the perspective of EU publicly traded companies. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 15(2), 170-196. <https://doi.org/10.1016/j.intaccaudtax.2006.08.003>
- Khelif, H., & Achek, I. (2016). IFRS adoption and auditing: A Review. *Asian Review of Accounting*, 24(3), 338-361. <https://doi.org/10.1108/ara-12-2014-0126>
- KPMG. (2016). *Leases: Impact on the upstream oil and gas sector*. KPMG International. <https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/pdf/2016/06/leases-upstream-oil-and-gas-final-web.pdf>
- Legenzova, R., & Žilaitytė, L. (2023). Does transition to IFRS 16 affect companies financial performance: The case of baltic listed companies. *Management of Organizations: Systematic Research*, 89(1), 67-86. <https://doi.org/10.2478/mosr-2023-0005>
- Mentosa, D. (2023). *Implications of IFRS 16 on Maltese listed entities: A qualitative study* [Master's dissertation, University of Malta]. OAR@UM. https://www.um.edu.mt/library/oar/bitstream/123456789/116070/1/2318EMAACC597100011951_2.PDF

- Morales-Díaz, J., & Zamora-Ramírez, C. (2018). The impact of IFRS 16 on key financial ratios: A new methodological approach. *Accounting in Europe*, 15(1), 105-133.
<https://doi.org/10.1080/17449480.2018.1433307>
- Munhoz, P. C., Borba, J. A., & Silva, A. L. C. (2014). *Impactos da adoção obrigatória das IFRS nos honorários de auditoria das empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa* [Dissertação de mestrado, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do ISCTE.
<https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/25672>
- Naser, K. H. M. (1993). *Creative Accounting Theory: Its Nature and Use*. New York: Prentice-Hall International.
- Nkansa, P., & Bailey, C. D. (2018). Survey nonresponse in the Auditing Profession: Trends and Recommendations. *Current Issues in Auditing*, 12(1).
<https://doi.org/10.2308/ciia-52131>
- Nurunnabi, M. (2017). Auditors' perceptions of the implementation of international financial reporting standards (IFRS) in a developing country. *Journal of Accounting in Emerging Economies*, 7(1), 108-133. <https://doi.org/10.1108/jaee-02-2015-0009>
- Patton, M. Q. (1990). *Qualitative Evaluation and Research Methods* (2^a ed.). Sage Publications.
- Potter, B. N. (2005). Accounting as a social and institutional practice: Perspectives to enrich our understanding of accounting change. *Abacus*, 41(3), 265-289.
<https://doi.org/10.1111/j.1467-6281.2005.00182.x>
- Quach, V., & Tu, L. (2020). *Implications of accounting standard changes for financial reports: An exploratory study of the transition to IFRS 16* [Master's thesis, University of Gothenburg]. GUPEA. <https://gupea.ub.gu.se/handle/2077/65394>
- Reither, C. L. (1998). *What are the best and the worst accounting standards?* Accounting Horizons
- Ribeiro, J., Ribeiro, F., & Ribeiro, F. (2023). The impacts of IFRS 16 on airlines. *Accounting and Management Review | Revista de Contabilidade e Gestão*, 27(1).
<https://doi.org/10.55486/amrrgg.v27i1.5>
- Samuelson, R. A. (1996). The concept of assets in accounting theory. *Accounting Horizons*, 10(3), 147-157.
- Saunders, M. N. K. (2024). *Research methods for business students* (9^a ed.). Pearson Education.

- Silva, A. P., Fontes, A., & Martins, A. (2020). Portuguese experience with IFRS adoption as perceived by auditors. *Central European Management Journal*, 28(1), 81-98.
<https://doi.org/10.7206/cemj.2658-0845.17>
- Sorrentino, M., Smarra, M., & Farina Briamonte, M. (2020). Lease accounting: Back into the past—a general review of different theoretical approaches. *International Journal of Business and Management*, 15(2), 136-148. <https://doi.org/10.5539/ijbm.v15n2p136>
- Suzuki Tofanelo, R. E., Nunes, R. V., & Willrich Sales, G. A. (2021). IFRS 16 - impact on the assets of the major airlines operating in Brazil. *International Journal of Economics and Finance*, 13(9), 1-14. <https://doi.org/10.5539/ijef.v13n9p1>
- Taylor, J. (2011). *The history of leasing*. Finance and Business Institute.
- Vatter, W. J. (1966). Accounting for leases. *Journal of Accounting Research*, 4(2), 133.
<https://doi.org/10.2307/2489949>
- Weaver, L., & Woods, M. (2015). The challenges faced by reporting entities on their transition to International Financial Reporting Standards: A qualitative study. *Accounting in Europe*, 12(2), 197-221.
<https://doi.org/10.1080/17449480.2015.1103376>
- Werden, G. J. (2005). *The no economic sense test for exclusionary conduct*. The Journal of Corporation Law, 293-305.
- Wolk, H. I., Francis, J. R., & Tearney, M. G. (1985). *Accounting theory: A conceptual and institutional approach*. Kent Pub. Co.
- Wong, K., & Joshi, M. (2015). The impact of lease capitalisation on financial statements and key ratios: Evidence from Australia. *Australasian Accounting, Business and Finance Journal*, 9(3), 27-44. <https://doi.org/10.14453/aabfj.v9i3.3>

Apêndices

Apêndice 1 - Guião de entrevista aos diretores financeiros

Exm.º Senhor(a),

O presente questionário foi desenvolvido no âmbito da dissertação do Mestrado em Contabilidade e Controlo de Gestão, da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, ano letivo 2024/2025.

O objetivo da dissertação é analisar os principais desafios enfrentados pelas empresas portuguesas na transição da IAS 17 para a IFRS 16.

Este inquérito está direcionado para Diretores Financeiros de empresas localizadas em Portugal.

De ressaltar que as respostas são totalmente anónimas, sendo o seu uso exclusivamente para fins académicos. Agradeço desde já a sua colaboração e tempo despendido.

Indique a sua idade: *

- ☐ <25 anos
- ☐ 25 - 35 anos
- ☐ 36 - 45 anos
- ☐ 46 - 55 anos
- ☐ >55 anos

Indique o seu género: *

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino
- ☐ Outro

Indique a sua formação académica: *

- ☐ Licenciatura
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutoramento
- ☐ Outra:

Indique a sua área de formação:

- ☐ Economia
- ☐ Gestão
- ☐ Outra:

Quantos anos de experiência profissional tem na área? *

- ☐ <5 anos
- ☐ 5 - 10 anos
- ☐ 11 - 20 anos
- ☐ >20 anos

Há quantos anos ocupa o cargo de Diretor Financeiro? *

- ☐ <5 anos
- ☐ 5 - 10 anos
- ☐ 11 - 20 anos
- ☐ >20 anos

Caracterização da empresa

Indique o tipo de empresa: *

- ☐ Grande Empresa
- ☐ Pequena ou Média Empresa

- Micro empresa

Indique a localização geográfica da sede da sua empresa (distrito): * _____

Indique o setor de atividade da sua empresa: *

- Comercial
- Industrial
- Serviços
- Agrícola, Silvícola ou Pecuária
- Outra:

1. Processo de transição da IAS 17 para a IFRS 16

- a. Qual foi o método de transição adotado pela sua empresa?
- b. Como descreveria o processo de transição da IAS 17 para a IFRS 16 na sua empresa?
- c. Houve um planeamento específico ou uma equipa dedicada para este processo?
- d. Quais foram as principais fases ou etapas dessa transição?

2. Desafios e dificuldades enfrentadas

- a. Houve dificuldade em identificar todos os contratos que se qualificam como locações nos termos da IFRS 16?
- b. Considera que houve dificuldades na avaliação dos ativos de direito de uso e das respetivas responsabilidades?
- c. Que outros desafios técnicos e operacionais enfrentou a sua empresa na adoção da IFRS 16?
- d. Passados já alguns anos desde a adoção da IFRS 16, continuam a verificar-se dificuldades na aplicação da norma, nomeadamente no que diz respeito ao tratamento de alterações contratuais, como prorrogações ou modificações dos contratos de arrendamento?

3. Impacto nos sistemas e processos internos

- a. Foi necessário alterar ou adaptar os sistemas de informação e/ou de contabilidade da empresa?
- b. A aplicação da IFRS 16 implicou o envolvimento de mais colaboradores ou equipas no processo de preparação e reporte da informação financeira?
- c. Verificou-se um aumento no tempo necessário para o fecho e reporte financeiro?
- d. A introdução da IFRS 16 exigiu formação adicional para os colaboradores?

4. Impacto financeiro e económico

- a. A adoção da IFRS 16 teve impacto significativo nos principais rácios financeiros da empresa, como o EBITDA, o nível de endividamento ou a solvabilidade? Se sim, de que forma?
- b. Como foi esse impacto percecionado pelos *stakeholders* (ex: investidores, bancos, auditores)?
- c. A sua empresa enfrentou desafios no cumprimento dos requisitos de divulgação previstos pela IFRS 16? (Por exemplo, na elaboração das notas às demonstrações financeiras, na explicação dos julgamentos relevantes ou na apresentação de estimativas?)

5. Perceção geral e opinião

- a. Considera que a IFRS 16 melhorou a transparência e comparabilidade da informação financeira?

b. Na sua opinião, os benefícios da IFRS 16 compensam os custos e esforços de implementação?

c. Que sugestões ou melhorias remeteria ao organismo de normalização, com base na experiência da sua empresa?

6. Considerações finais

a. Que conselhos daria a outras empresas que ainda venham a adotar a IFRS 16?

b. Há mais alguma questão ou aspeto que gostaria de partilhar relativamente à adoção da IFRS 16?

Apêndice 2 - Questionário a auditores

1. Perfil do inquirido

1. Indique a sua idade:

☐ Até 35 anos ☐ 36-45 anos ☐ 46-55 anos ☐ Mais de 55 anos

2. Indique o seu género:

☐ Masculino ☐ Feminino ☐ Outro

3. Atividade Profissional

☐ Revisor Oficial de Contas ☐ Auditor – Não ROC ☐ Outra

4. Em que empresa de auditoria trabalha?

☐ SROC, não *Big 4* ☐ *Big 4* ☐ Conta própria ☐ Outra

5. Qual o seu cargo atual?

☐ *Manager* ☐ *Senior Manager* ☐ Director ☐ Partner ☐ Outro

6. Há quantos anos exerce funções na área da auditoria financeira?

☐ 3–5 anos ☐ 6–10 anos ☐ Mais de 10 anos

7. Os seus clientes são maioritariamente:

☐ Grandes empresas ☐ PME ☐ Misto

8. Os seus clientes são maioritariamente:

☐ Normativo internacional (IAS/IFRS) ☐ Normativo Nacional (SNC)

9. Com que frequência lida com empresas que aplicam a IFRS 16?

☐ Regularmente ☐ Ocasionalmente ☐ Raramente

2. Perceção sobre a transição da IAS 17 para a IFRS 16

10. Na sua opinião, como classificaria o nível de dificuldade enfrentado pelas empresas na adoção da IFRS 16?

☐ Muito baixo ☐ Baixo ☐ Moderado ☐ Elevado ☐ Muito elevado

11. Quais os principais desafios observados nas empresas auditadas? (pode seleccionar mais do que um)

☐ Identificação de contratos de locação

☐ Mensuração inicial dos ativos e passivos

☐ Alterações nos sistemas informáticos de suporte à contabilidade

☐ Formação e conhecimento interno insuficiente

☐ Divulgação e apresentação nas demonstrações financeiras

☐ Cálculo e consequente registo decorrente de extensões ao contrato inicial

☐ Outro: _____

3. Avaliação da aplicação prática da IFRS 16

12. Em que medida concorda com as seguintes afirmações?

(1 – Discordo totalmente | 5 – Concordo totalmente)

- As empresas compreendem bem os critérios de reconhecimento da IFRS 16
[1 2 3 4 5]
- A maioria dos contratos de locação é corretamente identificada como tal
[1 2 3 4 5]
- A IFRS 16 é considerada uma norma complexa no contexto da aplicação prática pelas empresas
[1 2 3 4 5]
- As divulgações exigidas pela IFRS 16 são geralmente bem cumpridas
[1 2 3 4 5]

4. Impacto financeiro e na qualidade da informação

13. Considera que a IFRS 16 melhorou a transparência e comparabilidade da informação financeira?

☐ Sim ☐ Parcialmente ☐ Não ☐ Sem opinião

Porquê? _____

14. Em termos de impacto nos rácios financeiros, quais os efeitos mais observados após a adoção da IFRS 16? (pode seleccionar mais do que um)

☐ Aumento do EBITDA e do endividamento

☐ Redução da rentabilidade do ativo (ROA – Return on Assets)

☐ Redução da rentabilidade do capital próprio (ROE – Return on Equity)

☐ Nenhum impacto relevante

☐ Outro: _____

5. Questões Abertas (opcional)

15. Na sua experiência, o que considera que continua a ser mais problemático para as empresas na aplicação da IFRS 16?

16. Que sugestões daria para melhorar a norma ou o seu processo de aplicação prática?

Apêndice 3 – Entrevista ao CFO 1

1. Processo de transição da IAS 17 para a IFRS 16

a. Qual foi o método de transição adotado pela sua empresa? (retrospectivo completo ou modificado)

Retrospectivo modificado

b. Como descreveria o processo de transição da IAS 17 para a IFRS 16 na sua empresa?

Olhe, o processo de transição foi bastante complexo. A IFRS 16 era uma norma completamente nova e tivemos de perceber bem o impacto que ia ter nas demonstrações financeiras. A primeira reação até foi positiva: pensámos 'isto é ótimo', porque melhora imenso o EBITDA. Deixámos de reconhecer rendas como gasto e passámos a ter depreciações, o que nos beneficiava nos rácios operacionais.

Mas depois veio o outro lado da moeda: começámos a reconhecer dívida que antes não aparecia nas contas. Isso afetou os rácios de endividamento e solvabilidade, e foi uma dor de cabeça, especialmente com os bancos. Tivemos de fazer verdadeiras ginásticas para perceber como tratar contratos verbais, contratos que se renovam automaticamente, e definir a vida útil desses ativos.

Outro desafio foi definir as taxas de desconto. Muitos contratos não tinham taxa explícita, então tivemos de estabelecer taxas por tipo de ativo, por área geográfica.

Além disso, tivemos de lidar com contratos internos entre empresas do grupo, que nas contas individuais são tratados de uma forma, mas nas consolidadas desaparecem. E depois há os aumentos anuais nas rendas, que obrigam a reavaliar os ativos todos os anos.

No início, o planeamento foi tardio. Começámos só em 2018, porque a norma entrava em vigor em 2019. O primeiro ano foi todo feito em Excel, com fórmulas e simulações para validar se os valores batiam certo. Foi mesmo partir pedra. Mas hoje em dia já temos o processo mais estabilizado."

c. Houve um planeamento específico ou uma equipa dedicada para este processo? Quando começou esse planeamento?

Sim, houve algum planeamento, mas foi tudo muito em cima da hora. Começámos só em 2018, porque a norma entrava em vigor em 2019, e como é costume, foi tudo feito à portuguesa, à última da hora. No início nem sequer tínhamos ferramentas adequadas, então o primeiro ano foi todo feito em Excel. Tivemos de construir fórmulas, simular cenários, validar cálculos de depreciações, juros, dívidas... foi mesmo partir pedra.

Não houve uma equipa formal dedicada, mas fui eu que estive mais envolvido no processo, a tentar perceber o que fazia sentido e o que não fazia. Tivemos muitas discussões internas e também com os auditores, especialmente nos contratos mais complexos. Hoje em dia já está tudo mais estabilizado, mas naquela altura foi um desafio enorme.

d. Quais foram as principais fases ou etapas dessa transição?

A transição teve várias fases, cada uma com os seus próprios desafios. Primeiro, fizemos o levantamento dos contratos que podiam ser enquadrados na IFRS 16, e não foi fácil, porque havia contratos verbais, contratos que se renovam automaticamente, contratos internos entre empresas do grupo... uma grande variedade.

Depois, tivemos de definir as vidas úteis dos ativos. Essa parte foi especialmente complicada nos contratos sem prazo definido ou com renovações automáticas. Tivemos de

tomar decisões com base em estimativas e criar regras internas para garantir alguma consistência.

A seguir, veio a definição das taxas de desconto. Muitos contratos não tinham taxa explícita, então tivemos de estabelecer taxas por tipo de ativo, por classe e até por geografia. Por exemplo, no México ou no Brasil, as taxas de juro são muito mais altas.

Uma das fases mais trabalhosas foi lidar com os fornecedores de *renting*. No início, eles não queriam discriminar nas faturas o que era amortização de capital e o que era serviço - como manutenção, pneus, seguros, lavagens, etc. E isso era essencial para nós, porque só o valor do bem podia ir para o ativo, o resto tinha de ir para gasto. Tivemos de pressionar bastante os fornecedores para começarem a incluir essa informação, e em alguns casos até mudámos de fornecedor por causa disso. Hoje em dia, já vem tudo discriminado na fatura ou no contrato: amortização, manutenção, custo mensal, e conseguimos contabilizar corretamente.

Também tivemos de adaptar os sistemas. No início, tudo foi feito em Excel, com fórmulas para calcular depreciações, juros, amortizações, e validar se os valores batiam certo no final do contrato. Só mais tarde é que conseguimos integrar tudo no ERP.

Por fim, houve a fase de validação e controlo mensal: garantir que as faturas chegavam, que os valores estavam corretos, que não havia falhas no registo da dívida ou nas depreciações. Foi um processo longo, mas hoje está muito mais estabilizado.

2. Desafios e dificuldades enfrentadas

a. Houve dificuldade em identificar todos os contratos que se qualificam como locações nos termos da IFRS 16?

Sim, houve bastante dificuldade, especialmente no início, em perceber quais contratos é que realmente se enquadravam como locações segundo a IFRS 16. Tivemos de rever tudo com muito cuidado, porque a norma exige que haja controlo sobre o ativo, e isso nem sempre é claro.

Um dos exemplos mais complicados foi o dos contratos de armazéns. Nós temos contratos para utilização de espaço, mas o valor que pagamos depende do volume de cereais ou produtos que lá armazenamos, e até da duração da ocupação. Pode variar ao dia, à hora. Então a dúvida era: isso é uma locação ou é um serviço?

A norma diz que, para ser locação, tem de haver direito de uso de um ativo identificado. Mas neste caso, o espaço não está sempre reservado para nós, e o valor pago varia consoante a utilização. Tivemos de discutir isto com consultores e auditores, e acabámos por concluir que, em muitos destes casos, não havia locação, era prestação de serviços. Mas foi preciso analisar contrato a contrato, porque há situações em que o espaço está efetivamente reservado, e aí já pode ser considerado locação.

Este tipo de análise foi das mais exigentes, porque não há uma resposta única. A IFRS 16 exige julgamento, e isso torna tudo mais subjetivo. Tivemos mesmo de criar critérios internos para garantir consistência na aplicação da norma. Se fossem muitos contratos, mas todos iguais, seria apenas mais trabalho administrativo. O problema foi a quantidade de contratos diferentes, cada um com características próprias.

b. Considera que houve dificuldades na avaliação dos ativos de direito de uso e das respetivas responsabilidades?

Sim, houve várias dificuldades nessa avaliação, especialmente no início. Primeiro, tivemos de definir as vidas úteis dos contratos, e isso foi um desafio enorme. Muitos contratos não tinham um prazo claro, ou renovavam-se automaticamente, como os de aluguer de quintas ou escritórios. Tivemos de decidir se considerávamos só o prazo inicial

ou se incluíamos as renovações, e isso exigiu muito julgamento. Por exemplo, nos escritórios, acabámos por definir uma vida útil de dois anos e todos os anos fazemos uma reavaliação para prolongar mais um ano, ajustando o valor do ativo e da dívida.

Depois, houve a questão das taxas de desconto. A maioria dos contratos não tinha taxa explícita, então tivemos de definir taxas por tipo de ativo, por classe e até por geografia. No México e no Brasil, por exemplo, as taxas de juro são muito mais altas, e isso teve de ser refletido nos cálculos.

Outro problema foi com contratos em que o valor da renda varia ao longo do tempo. Tivemos contratos em que a renda aumentava todos os anos ou mudava consoante o espaço ocupado, como nos armazéns. Isso complicava o cálculo do valor do ativo e da dívida, porque a depreciação tem de ser constante, mas o valor pago não é. Tivemos de criar modelos em Excel para simular tudo e garantir que no final do contrato os valores batiam certo.

E ainda houve a questão dos contratos de *renting*, onde o valor da fatura inclui várias componentes (capital, manutenção, seguros, etc). No início, os fornecedores não discriminavam esses valores, e sem isso não conseguíamos separar o que ia para ativo e o que ia para gasto. Tivemos de pressionar os fornecedores, e em alguns casos até mudar de fornecedor, para conseguir essa informação. Hoje em dia já vem tudo discriminado, mas foi uma luta.

Portanto, sim, a avaliação dos ativos de direito de uso e das respetivas responsabilidades foi uma das partes mais complexas da adoção da IFRS 16.

c. Que outros desafios técnicos e operacionais enfrentou a sua empresa na adoção da IFRS 16?

Um dos desafios que ainda não mencionei foi a gestão dos contratos com rendas variáveis. Tivemos contratos de arrendamento em que o valor da renda mudava ao longo do tempo. Por exemplo, começava com 1.500€, depois passava para 2.000€, e mais tarde podia até descer para 1.000€. Isso complicava bastante o cálculo do valor do ativo e da depreciação, porque a norma exige que a depreciação seja constante, mas o valor pago não é. Tivemos de encontrar formas de ajustar isso e garantir que o total das depreciações e juros ao longo do contrato batia certo com o valor total das rendas.

Outro desafio foi garantir que não havia falhas no processo de registo. Por exemplo, se uma fatura não chegasse, o sistema lançava automaticamente a depreciação, mas a dívida ficava incorreta. Tivemos de implementar controlos mensais para validar se todas as faturas tinham sido recebidas e se os valores estavam corretos.

d. Passados já alguns anos desde a adoção da IFRS 16, continuam a verificar-se dificuldades na aplicação da norma, nomeadamente no que diz respeito ao tratamento de alterações contratuais, como prorrogações ou modificações dos contratos de arrendamento?

Sim, mesmo passados alguns anos, ainda surgem dificuldades, sobretudo com alterações contratuais. Por exemplo, temos contratos de arrendamento que se renovam automaticamente todos os anos, como os dos escritórios. Nestes casos, todos os anos temos de fazer uma reavaliação do ativo, prolongar a vida útil por mais um ano, recalcular os juros e ajustar a dívida. É um processo contínuo e trabalhoso.

Além disso, há contratos em que o valor da renda muda todos os anos, o que obriga a fazer ajustes ao valor do ativo e à depreciação. Tivemos de implementar um sistema que calcula automaticamente essas variações, mas mesmo assim exige atenção constante.

Portanto, sim, a norma continua a exigir bastante acompanhamento e ajustes operacionais, especialmente quando há modificações ou prorrogações nos contratos.

3. Impacto nos sistemas e processos internos

a. Foi necessário alterar ou adaptar os sistemas de informação e/ou de contabilidade da empresa?

Sim, foi necessário adaptar os sistemas, mas nem todas as empresas do grupo conseguiram fazê-lo da mesma forma. No início, como já referi, tudo foi feito em Excel. Mais tarde, conseguimos integrar o processo no ERP em algumas empresas, porque temos equipas internas que desenvolvem e ajustam o sistema. Mas há outras empresas do grupo que ainda hoje continuam a gerir tudo em Excel, porque o ERP que usam é mais fechado, vem de Inglaterra, e não temos capacidade técnica para o configurar.

Isso cria uma duplicação de esforço: temos de verificar mensalmente o que está no Excel e o que está no sistema, para garantir que está tudo alinhado. É mais trabalhoso e exige muito controlo manual.

b. A aplicação da IFRS 16 implicou o envolvimento de mais colaboradores ou equipas no processo de preparação e reporte da informação financeira?

Não, não foi necessário envolver mais pessoas. Conseguimos manter as mesmas equipas, mas tivemos de reorganizar tarefas e otimizar processos noutras áreas para dar resposta ao aumento de trabalho. A carga aumentou, sim, mas foi absorvida internamente.

O que aconteceu foi que passámos a ter mais pontos de validação e mais atenção ao detalhe, especialmente na fase de fecho. Mas não houve contratação de novos elementos só por causa da IFRS 16.

c. Verificou-se um aumento no tempo necessário para o fecho e reporte financeiro?

Sim, sem dúvida. O processo de fecho ficou mais demorado, sobretudo porque agora temos mais etapas: além do registo da fatura, temos de tratar o ativo, lançar amortizações, calcular juros, fazer reavaliações e abates. E tudo isso tem de estar refletido corretamente nas demonstrações financeiras.

Além disso, há mais notas no relatório: pelo menos uma sobre as políticas contabilísticas e outra com os valores quantitativos. Isso exige mais tempo de preparação e revisão, mesmo com o sistema já mais estabilizado.

d. A introdução da IFRS 16 exigiu formação adicional para os colaboradores?

Não houve uma formação formal organizada, mas sim um processo de *self-learning* contínuo. Fomos aprendendo à medida que íamos implementando a norma, resolvendo os desafios conforme apareciam. Cada contrato novo, cada situação diferente (como alterações nas rendas, reavaliações ou abates) obrigava-nos a estudar, testar e ajustar.

Hoje em dia já temos o processo mais estabilizado, mas ainda surgem casos novos que exigem análise e discussão. Portanto, sim, houve um esforço de aprendizagem, mas foi mais prático e interno do que estruturado.

4. Impacto financeiro e económico

a. A adoção da IFRS 16 teve impacto significativo nos principais rácios financeiros da empresa, como o EBITDA, o nível de endividamento ou a solvabilidade? Se sim, de que forma?

Sim, teve um impacto bastante significativo, sobretudo pela quantidade de contratos que passaram a estar abrangidos pela norma. Como temos contratos de locação em praticamente todas as áreas (desde terrenos, edifícios, máquinas, viaturas, até equipamentos administrativos), o volume de ativos e passivos reconhecidos aumentou substancialmente.

O EBITDA melhorou, porque as rendas deixaram de ser reconhecidas como gasto e passaram a ser substituídas por depreciações. Mas, ao mesmo tempo, o nível de endividamento aumentou, já que começamos a reconhecer passivos de locação que antes não estavam refletidos no balanço. Isso afetou também a solvabilidade, com impacto direto nos raios financeiros. Foi uma mudança estrutural na forma como apresentamos a situação financeira da empresa.

b. Como foi esse impacto percebido pelos *stakeholders* (ex: investidores, bancos, auditores)?

No geral, os *stakeholders* perceberam que se tratava de uma mudança contábilística e não de uma alteração real na situação financeira da empresa. Mas mesmo assim, tivemos de ser muito claros na forma como apresentamos a informação, especialmente nas notas às demonstrações financeiras.

Houve necessidade de explicar os critérios usados, como as taxas de desconto, as vidas úteis dos contratos, e os critérios de reconhecimento, para garantir que a informação fosse compreendida e comparável. A transparência foi essencial para manter a confiança.

c. A sua empresa enfrentou desafios no cumprimento dos requisitos de divulgação previstos pela IFRS 16? (Por exemplo, na elaboração das notas às demonstrações financeiras, na explicação dos julgamentos relevantes ou na apresentação de estimativas?)

Não enfrentamos grandes dificuldades no cumprimento dos requisitos de divulgação. As notas às demonstrações financeiras foram preparadas com base nas orientações da norma, e conseguimos apresentar tanto a componente qualitativa, como as políticas contábilísticas adotadas, como a quantitativa, com os valores dos ativos de direito de uso e das responsabilidades associadas.

A parte dos julgamentos relevantes e das estimativas também foi gerida sem grandes problemas. Já tínhamos experiência em lidar com esse tipo de informação, e conseguimos enquadrar os critérios usados, como as taxas de desconto e as vidas úteis, de forma clara e consistente nas notas. Portanto, nesse aspeto, o processo correu relativamente bem.

5. Perceção geral e opinião

a. Considera que a IFRS 16 melhorou a transparência e comparabilidade da informação financeira?

Sim, sem dúvida. A IFRS 16 veio trazer muito mais transparência à informação financeira. Antes, havia contratos de arrendamento com valores significativos que não apareciam em lado nenhum nas contas. Só se via a fatura mensal como gasto, e não havia qualquer indicação da responsabilidade futura associada. Agora, com o reconhecimento dos ativos de direito de uso e das respetivas dívidas, essa informação está visível e quantificada.

Além disso, melhorou bastante a comparabilidade entre empresas. Antes, quem usava *leasing* financeiro mostrava a dívida, mas quem usava *renting* não mostrava nada. Agora, com a IFRS 16, conseguimos comparar empresas com diferentes modelos de financiamento de forma mais justa e completa.

b. Na sua opinião, os benefícios da IFRS 16 compensam os custos e esforços de implementação?

Sim, acho que os benefícios compensam. A informação financeira ficou muito mais fiável e transparente. Agora conseguimos refletir nas contas responsabilidades que antes estavam completamente fora do balanço, e isso faz toda a diferença.

Mas é preciso dizer que os custos foram elevados, principalmente em termos de carga de trabalho. A aplicação da norma trouxe muito mais tarefas administrativas: além de registrar faturas, temos de tratar ativos, lançar amortizações, calcular juros, fazer reavaliações, abates, e preparar mais notas nas demonstrações financeiras. Mesmo com o sistema mais estabilizado, continua a dar bastante trabalho.

c. Que sugestões ou melhorias remeteria ao organismo de normalização, com base na experiência da sua empresa?

A principal sugestão que deixaria seria tornar a norma mais clara e prática, com mais exemplos concretos. Muitos dos exemplos que foram disponibilizados eram demasiado teóricos e não cobriam situações operacionais comuns, como contratos com rendas variáveis, renovações automáticas ou alterações frequentes nos bens arrendados.

Também seria útil haver mais orientação sobre o que é considerado locação e o que é prestação de serviços. Por exemplo, nos casos de armazéns em que se paga em função do espaço ocupado. Essa fronteira nem sempre é evidente, e gera muita subjetividade.

Por fim, seria importante definir melhor conceitos como ‘pequeno valor’ ou critérios para exclusão, para evitar interpretações divergentes entre empresas. Uma norma mais objetiva e com mais apoio prático facilitaria muito a sua aplicação.

6. Considerações finais

a. Que conselhos daria a outras empresas que ainda venham a adotar a IFRS 16?

O principal conselho que daria é: comecem o planeamento o mais cedo possível. A norma exige muito trabalho, especialmente na fase inicial, e quanto mais tempo tiverem para preparar, melhor.

Mesmo que não seja necessário contratar mais pessoas, a carga administrativa aumenta bastante, como senti aqui na empresa. Passa a ser preciso tratar ativos, lançar amortizações, calcular juros, fazer reavaliações, preparar notas adicionais... tudo isso consome tempo e exige organização.

Por isso, quanto mais cedo se estruturarem, definirem critérios internos e adaptarem os sistemas, mais tranquila será a transição. E não subestimem o impacto, é uma norma que muda mesmo a forma como se vê e apresenta a empresa.

b. Há mais alguma questão ou aspeto que gostaria de partilhar relativamente à adoção da IFRS 16?

Apesar de já termos o processo bastante estabilizado, a IFRS 16 continua a trazer desafios novos. Por exemplo, recentemente tivemos um contrato de *leasing* em Espanha em que o banco foi adiantando dinheiro ao fornecedor antes de termos sequer recebido o bem. Tivemos de tratar isso como um adiantamento de imobilizado e uma dívida, porque ainda não havia um ativo de direito de uso.

São situações que não estavam previstas nos exemplos da norma e que exigem análise caso a caso. Por isso, mesmo passados vários anos, continua a ser uma norma que exige acompanhamento constante e capacidade de adaptação.